



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

MARCO ANTÔNIO MOREIRA LOURENÇO

**O PRONAF E A GERAÇÃO DE RENDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE SÃO GERALDO-MG**

VIÇOSA

2021

MARCO ANTÔNIO MOREIRA LOURENÇO

**O PRONAF E A GERAÇÃO DE RENDA DOS AGRICULTORES
FAMILIARES DE SÃO GERALDO-MG**

Trabalho apresentado à disciplina
ERU 489 – Trabalho de Conclusão de
Curso II, do curso de Agronegócio da
Universidade Federal de Viçosa, a ser
utilizado como parte da avaliação da
mesma.

Orientador: Prof. Gustavo Bastos Braga

VIÇOSA

2021

Resumo: Os programas de financiamento de crédito rural do governo são de grande importância para que a agricultura familiar no Brasil possa se desenvolver. Isso se dá uma vez que, estes não têm recursos suficientes para desenvolver e modernizar sua produção. Dessa forma, o PRONAF é uma opção, ele permite a obtenção de recursos para o financiamento da compra de máquinas e insumos mediante prazos e taxas de juros acessíveis aos produtores. Nesse contexto, visamos analisar se o PRONAF contribui para a geração de renda dos agricultores familiares de São Geraldo-MG. Dentre os entrevistados, 54% têm alguma linha de crédito relacionado ao Pronaf, destes, 27% possuem duas linhas de crédito ao mesmo tempo, que são o Pronaf custeio e Pronaf mais alimentos investimento. No distrito de Monte Celeste o Pronaf custeio é mais utilizado para compra de insumos para plantio das culturas como sementes, adubos, calcário e para a compra de alimento para os animais como ração, silagem, minerais. Já o Pronaf investimento geralmente é utilizado principalmente na compra de tratores, implementos agrícolas, ordenhadeiras, resfriadores, veículos utilitários entre outros. Com isso, conclui-se que o PRONAF é de grande importância para o aumento de renda dos agricultores.

Palavras-Chave: PRONAF, Agricultura Familiar, Crédito Rural.

Abstract: The government's rural credit financing programs are of great importance for family farming in Brazil to develop. This is because they do not have enough resources to develop and modernize their production. In this way, PRONAF is an option, it allows obtaining resources to finance the purchase of machinery and inputs under terms and interest rates accessible to producers. In this context, we aim to analyze whether PRONAF contributes to income generation for family farmers in São Geraldo-MG. Among those interviewed, 54% have some credit line related to Pronaf, of these, 27% have two credit lines at the same time, which are Pronaf costing and Pronaf plus investment. In the Monte Celeste district, Pronaf costing is more used to purchase inputs for planting crops such as seeds, fertilizers, limestone and to purchase food for animals such as feed, silage, minerals. Pronaf Investment is generally used mainly in the purchase of tractors, agricultural implements, milking machines, coolers, utility vehicles, among others. Thus, it is concluded that PRONAF is of great importance for increasing the income of farmers.

Keywords: PRONAF, Family Farming, Rural Credit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do município de São Geraldo.....	19
Gráfico 1 - Idade dos entrevistados.....	21
Gráfico 2 - Sexo dos entrevistados.....	22
Gráfico 3 - Escolaridade.....	23
Gráfico 4 - Escolaridade membros da família - Ensino fundamental.....	24
Gráfico 5 - Escolaridade membros da família - Ensino médio.....	25
Gráfico 6 - Escolaridade membros da família – Ensino superior.....	26
Gráfico 7 - Forma como a propriedade foi adquirida	27
Gráfico 8 - Tempo que a propriedade pertence à família.....	28
Gráfico 9 - Composição do grupo familiar.....	28
Gráfico 10 - Número de pessoas que residem na propriedade	29
Gráfico 11 - Motivos para os familiares não residirem na propriedade rural.....	30
Gráfico 12 - Distância entre propriedade e a sede do município de São Geraldo.....	31
Gráfico 13 – Principal atividade da propriedade.....	32
Gráfico 14 – Comercialização da produção.....	33
Gráfico 15 – Número de colaboradores contratados.....	34
Gráfico 16 – Linhas de financiamento do Pronaf.....	35
Gráfico 17 – Última vez que tomou crédito rural.....	36
Gráfico 18 – Há quanto tempo toma crédito rural.....	36
Gráfico 19 – O que foi adquirido utilizando o crédito do Pronaf.....	37
Gráfico 20 - Melhorias trazidas pelo Pronaf investimento.....	38
Gráfico 21 – Melhorias trazidas pelo Pronaf custeio.....	39
Gráfico 22 – O crédito rural é importante para o aumento da produção na propriedade.....	40
Gráfico 23 – Segue as orientações contidas no projeto.....	41
Gráfico 24 – Está com o seu empréstimo rural em dia.....	42
Gráfico 25 – Tecnologias mais importantes para elevar a produtividade na propriedade.....	43
Gráfico 26 – Renda mensal.....	44

Lista de siglas e abreviaturas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

MCR – Manual de Crédito Rural

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MG – Minas Gerais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Sumário

1.	Introdução	7
1.1.	Objetivos	8
1.1.1.	Objetivo Geral	8
1.1.2.	Objetivos específicos.....	9
2.	Referencial Teórico	9
2.1.	Crédito rural	9
2.2.	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF).....	11
2.3.	Agricultura Familiar	13
3.	Metodologia	15
3.1.	Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema	15
3.2.	Caracterização quanto ao Procedimento técnico	15
3.3.	Caracterização quanto ao objetivo geral	15
3.4.	Área de estudo	16
3.5.	Coleta de dados.....	16
3.6.	Análise dos dados coletados	16
4.	Local de pesquisa	17
5.	Resultados e análises	18
5.1.	Perfil dos agricultores familiares do distrito de Monte Celeste.....	18
5.2.	Caracterização das propriedades rurais.....	23
5.3.	Produção e comercialização.....	28
5.4.	O crédito rural do Pronaf e a geração de renda.....	31
6.	Considerações Finais	41
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
8.	Apêndices	52
8.1.	Apêndice A – Questionário.....	52

1. Introdução

O agronegócio brasileiro é um dos setores que vem contribuindo para o desenvolvimento da economia do país. Uma das classes de produtores mais relevantes dentro desse cenário são os agricultores familiares, uma vez que eles representam 76,8% dos estabelecimentos rurais do Brasil (EMBRAPA, 2020). Segundo Teixeira (2014), a agricultura familiar compreende aqueles produtores que possuem estabelecimentos de até 4 módulos fiscais, utilizam mão de obra predominantemente familiar, tem renda predominantemente originada no seu próprio estabelecimento e dirige o estabelecimento com a própria família.

A agricultura familiar assim como diversos setores do agronegócio necessita de recursos financeiros para conseguir desenvolver suas atividades. Isso é possível através dos recursos de financiamentos adquiridos por meio dos programas do governo. Eles facilitam às famílias a compra de insumos, maquinários, investimento em tecnologia e assistência técnica a fim de aumentar sua produtividade e renda.

De acordo com Ferraz (2002) o predomínio existente da agricultura familiar e de agricultores mais organizados, lhes permite se inserir mais facilmente nos mercados. Isso faz com que eles tenham melhor acesso às políticas públicas, tornando este setor um dos mais desenvolvidos no país.

Os programas de financiamento no Brasil se iniciaram a partir de 1965 com a criação do sistema nacional de crédito rural (SNCR). A agricultura brasileira passava por um momento de modernização com a revolução verde. Ela teve como um dos objetivos a maximização dos rendimentos das culturas através do desenvolvimento de novos sistemas de produção agrícola e pacotes tecnológicos.

Dessa forma, algumas medidas foram tomadas pelo governo frente a esse cenário de deterioração da agricultura. Em 1996 foi criado pelo ministério da agricultura e abastecimento, o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). Segundo Teixeira (2014), este tem como principal atividade o financiamento agropecuário por meio de crédito de custeio, investimento e comercialização.

Apesar de mais de vinte anos de programa, ele ainda vem sendo aprimorado para uma melhor distribuição dos recursos, já que eles estão mais concentrados nas regiões sul e sudeste. Outro fator a ser considerado que pode tornar o programa mais eficaz é uma melhor fiscalização e rigor no momento de conceder o crédito.

Segundo Damasceno (2011), ainda falta uma melhor distribuição de recursos necessários para melhor desenvolver o bem estar das famílias residentes do meio rural e diminuir as desigualdades. Porém para isso acontecer é necessário que as políticas públicas do governo sejam destinadas a esse público proporcionando emprego e renda.

De acordo com Fernandes (2013), uma das críticas ao PRONAF é a falta de distribuição mais igualitária de recursos entre as regiões, estando estes, mais concentrados em regiões com maior peso econômico.

O PRONAF tem o objetivo de incentivar a agricultura familiar através de um aporte financeiro com taxas de juros acessíveis, para que eles se desenvolvam economicamente, melhorem sua qualidade de vida, investindo em melhores tecnologias para aumentar sua produtividade e conseqüentemente sua renda.

Apesar disso, é necessário saber como os produtores têm utilizado esses recursos provenientes de financiamento em suas atividades. Dessa forma faz-se necessário uma investigação se o PRONAF influencia na geração de renda dos agricultores familiares. Portanto o objetivo foi avaliar, entre os anos de 2006 e 2021, se o programa tem contribuído na geração de renda dos agricultores familiares do município de São Geraldo – MG, com enfoque na microrregião do distrito de Monte de Celeste.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar qual a relação entre a geração de renda dos agricultores familiares do distrito de Monte Celeste e a utilização do PRONAF no período de 2006 a 2021.

1.1.2. Objetivos específicos

- a) Caracterizar os agricultores familiares e suas atividades no distrito de Monte Celeste;
- b) Descrever como o PRONAF contribuiu para o desenvolvimento dos agricultores familiares no município;
- c) Caracterizar de que forma o PRONAF modificou as atividades produtivas, econômicas, de mão de obra e de geração de renda;

2. Referencial Teórico

2.1. Crédito rural

Crédito pode ser definido como um sistema de confiabilidade, resolubilidade e antecipação. Estes são fornecidos a determinados cidadãos através de serviços financeiros, capazes de desenvolver o sistema econômico, a partir do bom uso de um recurso. “No meio agrícola, favorece o produtor rural e ajuda a satisfazer algumas das necessidades, seja do produtor, da própria população ou de seus consumidores.” (ALVES, 2009).

Segundo Ramos (2010), a política de crédito rural, pode ser entendida como um mecanismo que concede crédito ao setor agropecuário com melhores condições de pagamento e menores juros, se tornando um forte instrumento de apoio ao setor.

“A política de crédito rural no Brasil foi o principal instrumento de fomento à modernização conservadora ocorrida a partir de meados dos anos 1960.” (BIANCHINI, 2015). Segundo Pires (2009), a modernização conservadora tinha como objetivo o crescimento da agropecuária por meio da renovação tecnológica, sem alterar a estrutura agrária. Além disso, segundo Souza (2008), isso só foi possível através da criação do SNCR, que deu condições para que os agricultores adquirissem insumos, máquinas e equipamentos para dinamizar suas produções.

De acordo com Lopes (2016) os objetivos principais da política de crédito rural são: fornecer acesso a crédito com taxas de juros baixas, aumentar a

dedicação dos bancos para fornecer linhas de crédito rural e maior incentivo a pequenos produtores e agricultores familiares. Além disso segundo Campanholo et. al. (2011) os programas de crédito rural procuram fazer com que os produtores possam desenvolver suas atividades, otimizando sua produtividade e dessa forma ampliar sua renda.

Este é disponibilizado pelo Governo Federal com o intuito de desenvolver as atividades rurais do agricultor por meio de obtenção de investimentos a juros menores e maior prazo para quitação da dívida. Ele tem como finalidade fortalecer as atividades rurais para que as famílias possam obter uma melhor renda, fortalecendo a mão de obra no campo. “Além disso supri às necessidades financeiras do custeio e da comercialização, como também, as necessidades de capital para investimentos e industrialização de produtos agropecuários.” (CAMPANHOLO, 2011).

Segundo o Ministério da agricultura (2016), o crédito rural oferece recursos de custeio, investimento e comercialização, que podem ser obtidos seguindo algumas regras e condições. Essas são estabelecidas pelo manual de crédito rural (MCR), que foi elaborado pelo Banco Central e devem ser seguidas por todos os agentes que compõem o SNCR, que são os bancos e as cooperativas de crédito.

O Crédito Rural para custeio agrícola refere-se às despesas normais do ciclo produtivo, abrangendo todos os encargos, desde o preparo das terras até o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou pecuário. Já o Crédito Rural para investimentos é destinado à formação de capital fixo ou semifixo em bens de serviços. “O crédito destinado à comercialização tem por finalidade facilitar aos produtores rurais, diretamente ou através de suas cooperativas, a colocação de suas safras no mercado.” (PARNOFF, 2017).

Como menciona Brasil et al. (1965) o crédito rural no Brasil tem como princípio, fortalecer as atividades rurais. Ele estimula investimentos no setor por meio do custeio e comercialização dos produtos produzidos nas propriedades rurais. Com isso ele incentiva a prática de melhores técnicas de produção, otimizando assim, os gastos e ampliando sua produtividade.

2.2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF)

“O PRONAF teve, desde sua criação, o intuito de aumentar a capacidade produtiva das propriedades, melhorando a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo, por quem integra o regime da agricultura familiar.” (MATTEI, 2005).

Ainda segundo Kageyama (2003), o Pronaf é destinado para promover um desenvolvimento mais sustentável do meio rural. Isso se dá através da ampliação da capacidade produtiva, geração de empregos, aumento da renda e qualidade de vida dos agricultores familiares.

O desenvolvimento de atores sociais por muitas vezes depende de políticas públicas específicas. Desse modo, a afirmação do conceito de agricultura familiar está ligada diretamente à institucionalização da política pública do PRONAF. “Ela é uma das respostas à pressão e às negociações políticas dos movimentos sociais da agricultura familiar com o governo.” (MALDANER, 2014).

“As diretrizes do PRONAF têm como referência experiências europeias. Principalmente a França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural.” (CARNEIRO, 1996).

Para Buainain et. al. (1999) o fortalecimento, tanto da agricultura familiar, quanto da agricultura empresarial, passa pelos programas de crédito rural brasileiros.

De acordo com Schneider, Mattei e Cazella (2004), do ponto de vista operacional, o PRONAF apresenta, quatro grandes linhas de atuação. Sendo o crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais, o financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, onde predominem unidades agrícolas familiares. A capacitação e profissionalização dos agricultores familiares através de cursos e treinamentos aos agricultores e o financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

O PRONAF diferencia os agricultores familiares em quatro grupos, como afirma Bianchini (2015, p.33):

O grupo "A" é formado por assentados da Reforma Agrária e também pelos beneficiários do Crédito Fundiário;
O grupo "B" é constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da Linha de Pobreza estabelecida no ano, em R\$1.500;
O grupo "C" é composto por agricultores familiares em transição com baixo nível de capitalização e renda bruta familiar entre R\$1.500,00 e R\$8.000;
O grupo "D" é compreendido por agricultores familiares mais capitalizados ou em início de capitalização, com renda bruta familiar entre R\$8.000 e R\$27.500.

O programa oferece aos trabalhadores da agricultura familiar subprogramas com públicos e fins específicos, os subprogramas do Pronaf são definidos da seguinte forma como afirma o BNDES (2019, p.1):

- a) Pronaf Agroindústria: Financiamento para agricultores e produtores familiares que exercem alguma atividade de beneficiamento, processamento de produtos de origem florestal, artesanal ou de exploração turística;
- b) Pronaf Mulher: Financiamento para mulheres de origem familiar independentemente de seu estado civil;
- c) Pronaf Agroecologia: Financiamento para agricultores e produtores familiares que exercem alguma atividade agroecológica ou orgânica;
- d) Pronaf Eco: Financiamento para agricultores e produtores rurais que buscam implantar sistemas de energia renovável e tecnologias ambientais;
- e) Pronaf Mais Alimentos: Financiamento para agricultores e produtores rurais que querem investir na sua estrutura, buscando melhorar sua produtividade;
- f) Pronaf Jovem: Financiamento para agricultores e produtores familiares que tenham entre 16 e 29 anos;
- g) Pronaf Microcrédito: Financiamento para agricultores e produtores familiares com renda bruta anual de até vinte mil reais;
- h) Pronaf Cotas-Partes: Financiamento para agricultores e produtores familiares associados a cooperativas.

Um dos documentos mais importantes para ter acesso ao programa é o documento de aptidão ao PRONAF (DAP). Segundo Gonçalves (2008) o DAP é o documento que consegue identificar se o agricultor está dentro dos padrões exigidos para obter o financiamento do PRONAF.

De acordo com Schneider (2004), para ser beneficiário do PRONAF o agricultor precisa, além de estar com o DAP ativo, residir na propriedade ou nas proximidades, possuir área inferior a quatro módulos fiscais, ter no mínimo 50% de sua renda oriunda da atividade agropecuária e ter renda bruta anual de até R\$ 415.000,00.

2.3. Agricultura Familiar

A agricultura familiar, é o setor da agricultura que os gerentes ou administradores dos estabelecimentos rurais são também os próprios trabalhadores rurais. “Ele é o maior segmento em número de estabelecimentos rurais do país, e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas.” (ABRAMOVAY, 1998).

O setor agropecuário familiar é sempre lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, voltada especialmente para o autoconsumo. “Porém sua menor produtividade do trabalho e incorporação tecnológica, nos diz que o setor se volta mais para as funções de caráter social do que para as econômicas.” (GUILHOTO, 2007).

O perfil da agricultura familiar é essencialmente distributivo e seus sistemas produtivos, aliados à maleabilidade de seus processos decisórios, trazem imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental. “Por isso, os benefícios de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê prioridade à promoção dessa classe de produtor ou agricultor são importantíssimos.” (ZOCCAL, 2005).

“A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação.” (GUANZIROLI, 2003).

De acordo com Conti (2011), o agricultor familiar pode ser caracterizado se possuir área de no máximo quatro módulos fiscais, ter predominância de mão de obra familiar, ter sua renda originada predominantemente da atividade de seu estabelecimento e dirigi-lo juntamente com sua família.

A agricultura familiar é responsável por boa parte dos alimentos consumidos em todo o País. Através das melhores condições de crédito e a ampliação de mercado por meio de programas como o de aquisição de alimentos, a agricultura familiar segue estruturada e com investimentos crescentes.

Segundo Carneiro (1996), a agricultura familiar tem que ser reconhecida também como um segmento que gera emprego e renda de forma a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, resultando assim na redução do êxodo rural.

Como destaca Guanziroli (2003), o produtor familiar tem capacidade suficiente para produzir sua renda total através de sua atividade, superior ao custo de oportunidade do trabalho, desde que tenha apoio suficiente.

Dessa forma, Conti (2011), destacam que o apoio à agricultura familiar não pode se restringir apenas ao crédito rural, é necessário ampliar outras políticas públicas para complementar os benefícios das linhas de crédito. Entre esses programas está o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que permite ao estado comprar a produção dos agricultores familiares sem muita burocracia.

Segundo Buainain (2006) a agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Ela inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza.

Segundo Zoccal (2005) a agricultura familiar compreende aspectos importantes como a família, o trabalho, a produção agrícola e as tradições, podendo assim ser considerada como aquela que ao mesmo tempo é proprietária e que assume os trabalhos no estabelecimento.

De acordo com Abramovay (1998), uma das características principais da agricultura familiar é a questão da sucessão familiar. O pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital.

Como menciona Spanevello (2008), o ingresso na profissão rural tem sido o destino principal dos indivíduos que são oriundos do meio rural, mesmo a profissão sendo aberta também a outros indivíduos advindos de outras origens sociais.

A agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. “Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional.” (PLOEG, 2014).

3. Metodologia

3.1. Caracterização quanto ao modo de abordagem do problema

A abordagem utilizada nesta pesquisa será predominantemente quantitativa, pois irá utilizar instrumentos estatísticos para coletar dados através de questionários e interpretá-los através de gráficos, tabelas, índices e relatórios.

Dessa forma, este estudo irá utilizar o método quantitativo em uma pesquisa objetiva com a aplicação de questionários aos produtores familiares do município de São Geraldo-MG, com intuito de responder o problema de pesquisa proposto.

3.2. Caracterização quanto ao Procedimento técnico

Os procedimentos técnicos que serão utilizados neste estudo serão a pesquisa documental e o *Survey*. Esse tipo de pesquisa é uma investigação quantitativa utilizada para coletar informações baseado em opiniões de um grupo de pessoas.

A pesquisa documental será utilizada para adquirir informações relevantes sobre o crédito rural e o PRONAF. Para isso, foram acessados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O procedimento *Survey* será utilizado para obter dados sobre os agricultores familiares de São Geraldo-MG, através da aplicação de um questionário, com opções de múltipla escolha.

3.3. Caracterização quanto ao objetivo geral

A pesquisa proposta pode ser classificada como descritiva pelo fato de expor as características de um grupo ou população específica, buscando descrever suas características, o perfil de cada agricultor daquela região e descobrindo se há ou não relação entre as variáveis da pesquisa.

Dessa forma a pesquisa é descritiva pois terá como principal objetivo saber se existe relação entre o eventual aumento da renda dos agricultores familiares do distrito de Monte Celeste e, a implantação do programa PRONAF.

3.4. Área de estudo

A área de estudo desta pesquisa é composta pelo município de São Geraldo – MG, mais precisamente no distrito de Monte Celeste, onde foram selecionados agricultores familiares de forma aleatória para aplicação dos questionários.

O local foi escolhido pelo fato de o acadêmico residir na localidade e já ter feito estágio na EMATER local, onde foi possível ter contato com grande parte dos agricultores.

3.5. Coleta de dados

A coleta de dados será através de pesquisa documental e a aplicação de questionários nas propriedades rurais do local estudado. Na pesquisa documental foram coletados dados relativos à contratação dos programas de crédito rural, mais precisamente do PRONAF.

O questionário foi aplicado pelo próprio acadêmico, contando com ajuda dos profissionais da Emater local. Este foi aplicado em 30 produtores, contendo perguntas sobre dados pessoais do agricultor, da propriedade, saúde, renda e crédito rural. As perguntas são fechadas e de múltipla escolha.

3.6. Análise dos dados coletados

Os dados coletados serão organizados em tabelas e gráficos e transformados em informações que busquem responder de forma mais clara e precisa possível o problema proposto na pesquisa.

Para isso serão utilizados os softwares Microsoft office Excel e Word 2019, para o manuseio dos dados com o objetivo de conseguir responder de fato

se a utilização do crédito rural através do Pronaf contribuiu para o aumento da geração de renda dos agricultores familiares do município.

4. Local de pesquisa

O município de São Geraldo-MG foi emancipado no dia 21 de dezembro de 1948 e está localizado na mesorregião da zona da mata - MG e microrregião de Ubá, abrangendo uma área de 185,78 Km². A população era 12.562 habitantes em 2020 (IBGE, 2020).

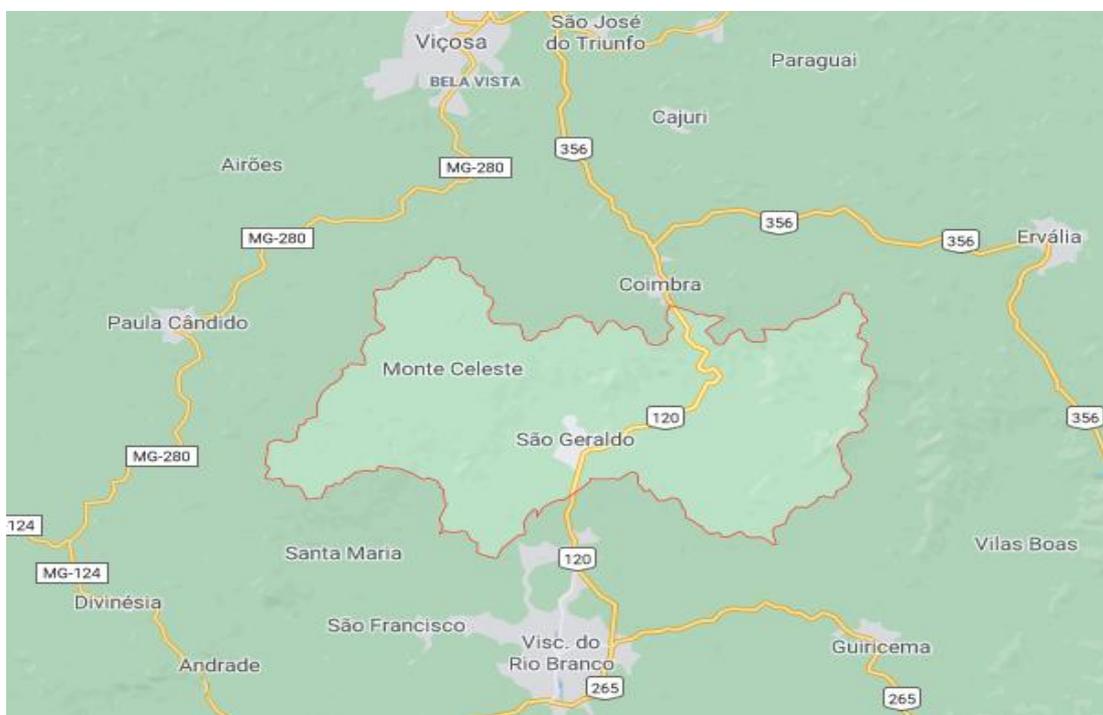


Figura 1 – Mapa do município de São Geraldo/MG

Fonte: Google Maps

De acordo com a Prefeitura Municipal de São Geraldo (2021), o município tem como principais ramos da economia a indústria, comércio e o setor primário. O município conta principalmente com empresas do ramo de móveis, produção de laticínios e extração mineral.

No setor primário, as principais receitas têm origem na pecuária de leite e corte. Já as lavouras são predominantemente de café, na região de maior altitude do município. O município também conta com lavouras de milho

destinadas à produção de silagem e grãos, usadas em sua maioria para alimentação do gado.

De acordo com o censo agropecuário (2017), o município contava com 460 estabelecimentos agropecuários, sendo que desses 423 eram produtores individuais e os demais faziam parte de algum consórcio ou instituição.

Na figura conseguimos ver com destaque o distrito de Monte Celeste, localidade onde foram aplicados os questionários aos produtores. O distrito de Monte Celeste tem aproximadamente 1.000 habitantes e está distante 11 Km da sede do município de São Geraldo-MG. Além disso está bem localizado em relação a outras cidades da região como Viçosa, Paula Cândido e Coimbra, todas em um raio de 20 Km.

A localidade conta com alguns serviços essenciais como escola, posto de saúde e quadra poliesportiva. O distrito tem como principal gerador de empregos um laticínio de médio porte e a pecuária de leite. Além disso, tem uma forte produção de café, já que o distrito está localizado a 733 metros de altitude, sendo um clima ideal para a produção do grão.

5. Resultados e análises

Baseado nos questionários aplicados aos agricultores familiares do município em estudo, elaborou-se este presente capítulo. Buscamos por meio de análises e comparativos, explicações que tentem identificar se a geração de renda dos mesmos teve alguma influência devido a utilização do crédito rural do Pronaf.

5.1. Perfil dos agricultores familiares do distrito de Monte Celeste

Por meio da análise da idade dos respondentes podemos constatar que 37% tem idade entre 41 e 50 anos, 23% acima dos 61 anos e 13% com idade entre 51 e 60 anos. Sendo assim, podemos observar que 73% dos agricultores tem 41 anos ou mais (GRÁFICO 1). Em contrapartida, apenas 10% deles têm menos de 30 anos. Com isso é possível notar que há uma saída dos jovens das propriedades rurais, o que poderá acarretar em uma interrupção da sucessão

natural que há nas propriedades e prejudicar o desenvolvimento da agricultura familiar. Segundo Castro (2005), os jovens rurais vêm enfrentando inúmeras incertezas e desafios que os impedem de permanecer na propriedade. Entre esses desafios estão as dificuldades de obter uma renda maior e investimentos no negócio.

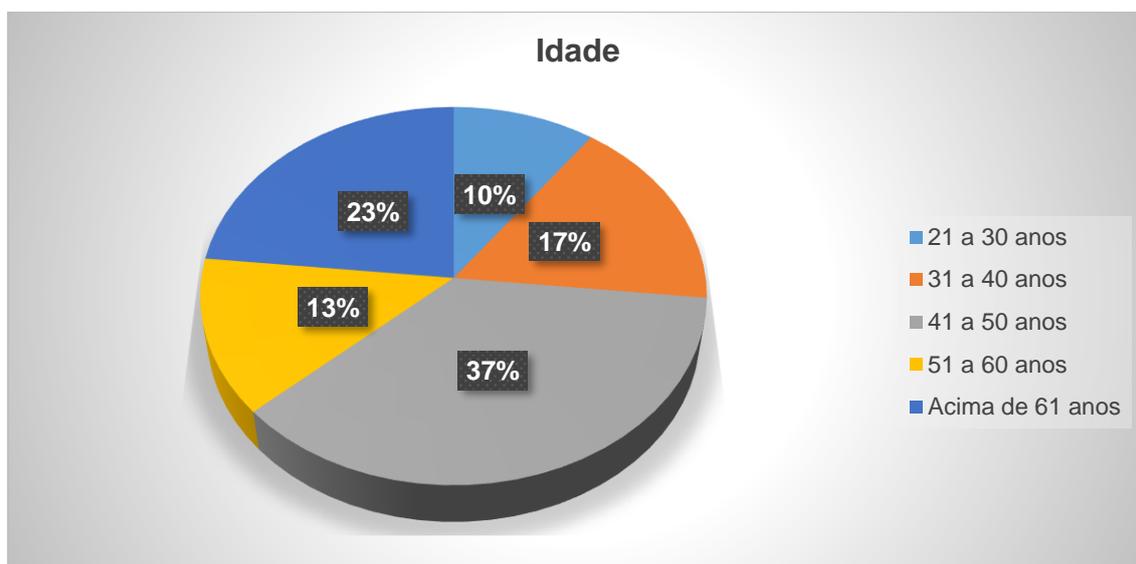


Gráfico 1 – Idade dos produtores entrevistados

Fonte: Elaboração própria

Com a análise do gênero, chegamos ao número de 97% dos respondentes do sexo masculino (GRÁFICO 2). Essa predominância de produtores do sexo masculino pode se dar por um fator histórico, onde o homem era escolhido para desempenhar as atividades agrícolas que segundo Santos (2010) são consideradas mais exaustivas e pesadas. Dessa forma, as mulheres por sua vez ficavam com as atividades domésticas. Porém, essa divisão de trabalho não é uma realidade hoje, com as mulheres cada vez mais envolvidas no meio rural. Segundo o CEPEA (2018) o número de mulheres atuando no agronegócio aumentou 8,3% no período entre 2004 e 2015, passando de 24,1% para 28%.

Apesar da crescente participação no meio, segundo Abramovay (1998) o êxodo dos mais jovens na agricultura familiar atinge principalmente as mulheres que se veem com poucas perspectivas como futuras sucessoras das propriedades rurais. Isso ocorre muitas vezes pelo fato de os pais não incentivarem estas a permanecer no meio rural, e tampouco serem reconhecidas

como sucessoras de seus pais, fazendo com que mais homens e pessoas mais velhas permaneçam nas propriedades.

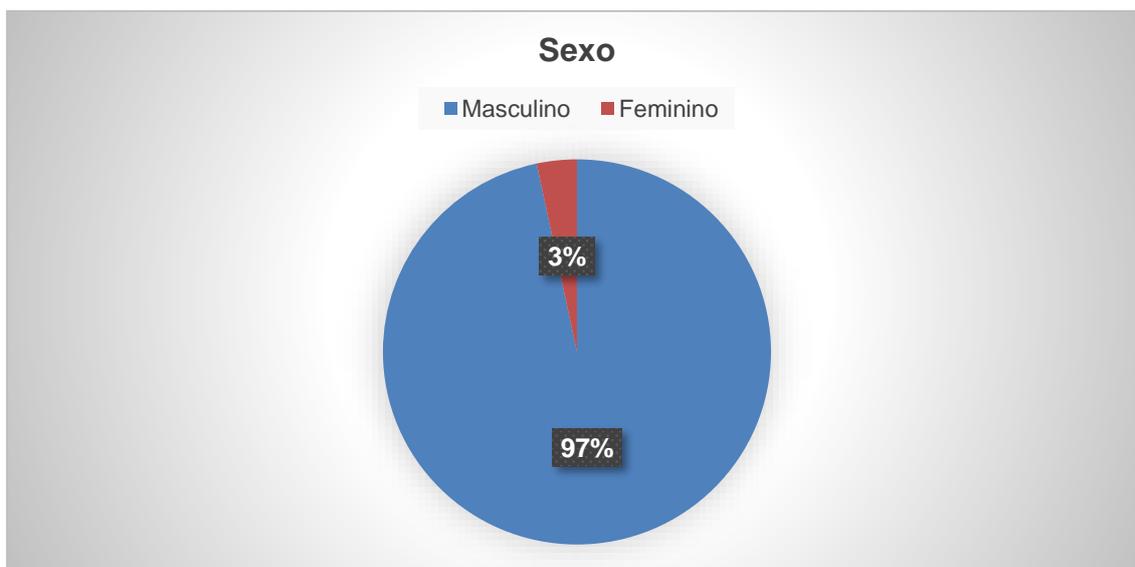


Gráfico 2 – Sexo dos produtores entrevistados

Fonte: Elaboração própria

Foi analisada também a escolaridade dos produtores envolvidos na pesquisa e foi constatado que apenas 3% dos entrevistados possui ensino superior (GRÁFICO 3). A partir desses dados podemos supor que os agricultores não tiveram interesse ou oportunidade quando mais jovens de buscar novos conhecimentos e tecnologias que poderiam ser um fator benéfico para um melhor gerenciamento e controle das atividades desempenhadas na sua propriedade.

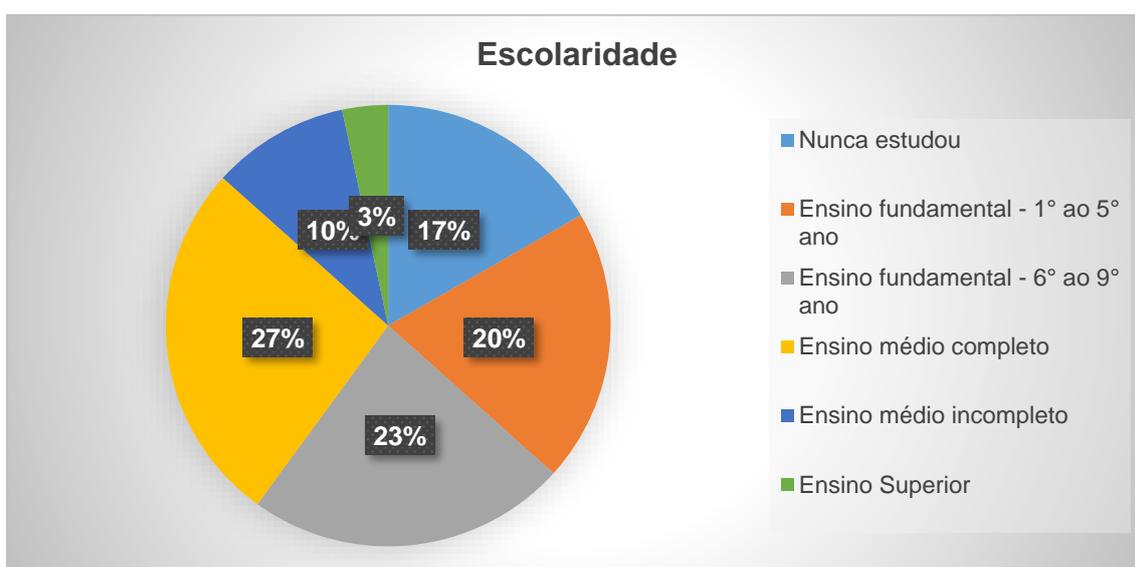


Gráfico 3 – Escolaridade

Fonte: Elaboração própria

O gráfico de escolaridade (GRÁFICO 3), ainda nos mostra um número próximo entre aqueles que frequentaram o ensino fundamental de 1° ao 5° ano e aqueles que frequentaram de 6° ao 9° ano, com 20% e 23% respectivamente. Um pouco superior são os números dos que terminaram o ensino médio com 27% e outros 10% que não completaram. Por sua vez, o número de produtores que nunca estudaram é de 17%. De acordo com o censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o número de produtores que nunca estudaram é 15,45%, número um pouco inferior ao dos entrevistados. A escolaridade pode ser o fator principal para o sucesso ou insucesso de uma propriedade rural. Segundo Ferreira (2010), com as mudanças nas técnicas de cultivo e produção agrícola, a utilização do conhecimento e informação, para desenvolver as culturas desempenhadas nas propriedades e aumentar a produtividade, pode fazer com que o produtor alcance melhores resultados econômicos e tenha maior sucesso na atividade.

Já em relação aos membros da família 53,3% tem uma pessoa no grupo familiar que estão cursando ou terminaram apenas o ensino fundamental, 20% das famílias tem duas pessoas que terminaram ou estão cursando e outras 6,7% com 3 pessoas (GRÁFICO 4).

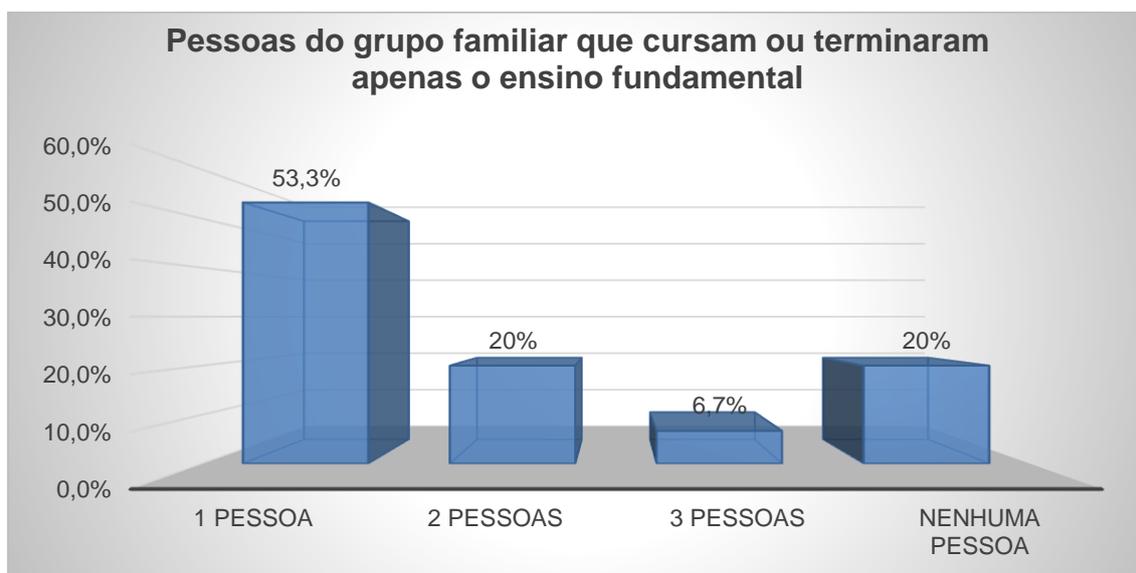


Gráfico 4 – Escolaridade dos membros da família – Ensino fundamental
Fonte: Elaboração própria

Em relação aos membros que cursam ou terminaram o ensino médio, 36,6% das famílias não têm nenhuma pessoa, enquanto 20% das famílias tem uma pessoa, 16,7% duas pessoas, 26,7% contam com 3 ou mais pessoas cursando ou que terminaram o ensino médio (GRÁFICO 5). Se compararmos que 63,4% dos membros da família estão cursando ou terminaram o ensino médio aos 27% dos respondentes que concluíram o ensino médio, mostra que os mais jovens estão buscando um maior conhecimento em relação aos seus pais. Essa busca por conhecimento, tende a ser benéfica no futuro, com o desenvolvimento de novas técnicas de produção e uma melhor gestão da propriedade.

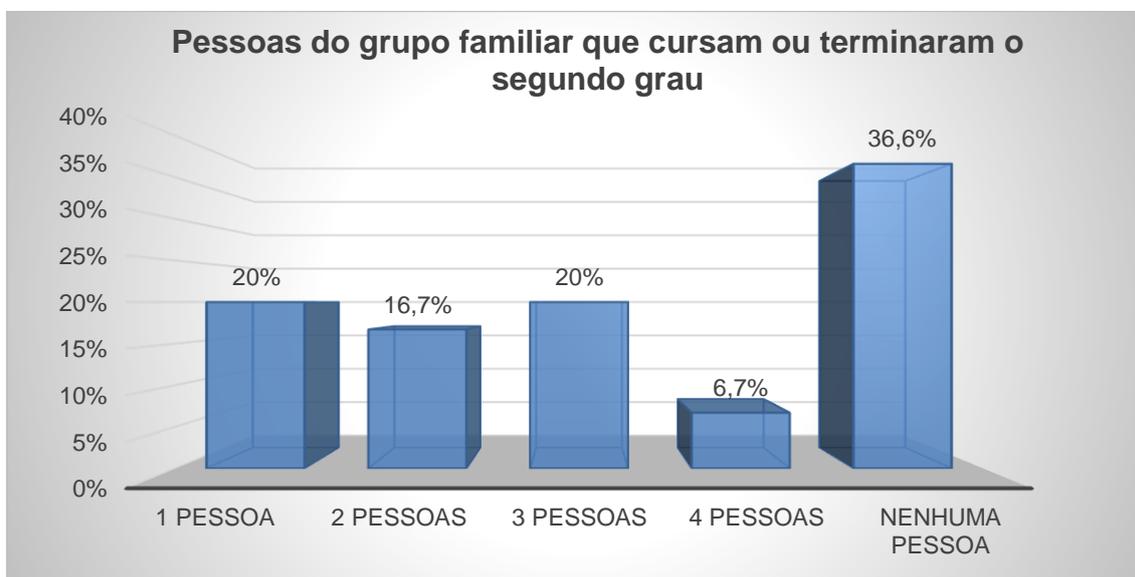


Gráfico 5 – Escolaridade dos membros da família – Ensino médio
Fonte: Elaboração própria

Analisando o número de membros da família que estão cursando ou terminaram o ensino superior, vemos uma evolução em relação aos entrevistados. Em 30% das famílias pelo menos uma pessoa está cursando ou já concluiu o ensino superior e outros 3% contam com duas pessoas no ensino superior (GRÁFICO 6). Com isso chegamos a 33% dos membros da família cursando ou que já concluíram o ensino superior, que se comparados aos 3% dos proprietários que possuem ensino superior, mostra uma evolução na busca por conhecimento dentro das famílias. Segundo Conceição e Oliveira (2017), os

jovens estão em uma fase da vida que necessita de uma busca maior de aprendizado a fim de suceder os mais velhos nas atividades rurais.

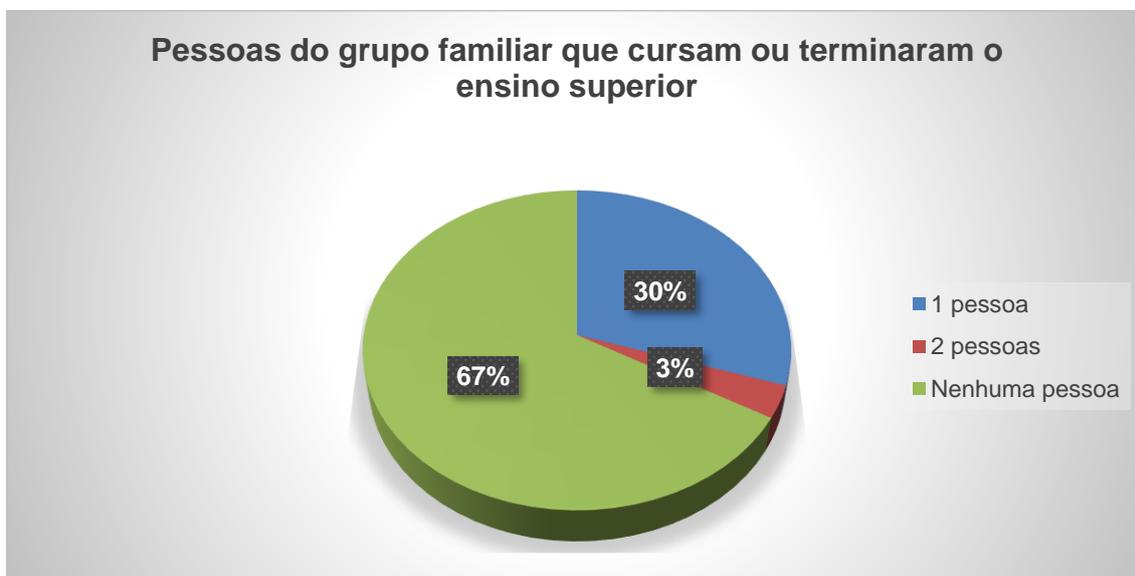


Gráfico 6 – Escolaridade dos membros da família – Ensino superior
Fonte: Elaboração própria

5.2. Caracterização das propriedades rurais

Vamos analisar nesta subseção as características das propriedades rurais dos entrevistados, como o produtor adquiriu sua propriedade, a quanto tempo pertence à família, quantidade de funcionários e distância até a sede do município.

Analisando como os produtores adquiriram sua propriedade rural, percebemos que 57% dos respondentes receberam suas terras através de herança e apenas 18% adquiriram através de compra (GRÁFICO 7). Observa-se também que 25% dos produtores não são proprietários. Para estes que não possuem propriedade, eles são arrendatários, por meio de contratos com os proprietários.

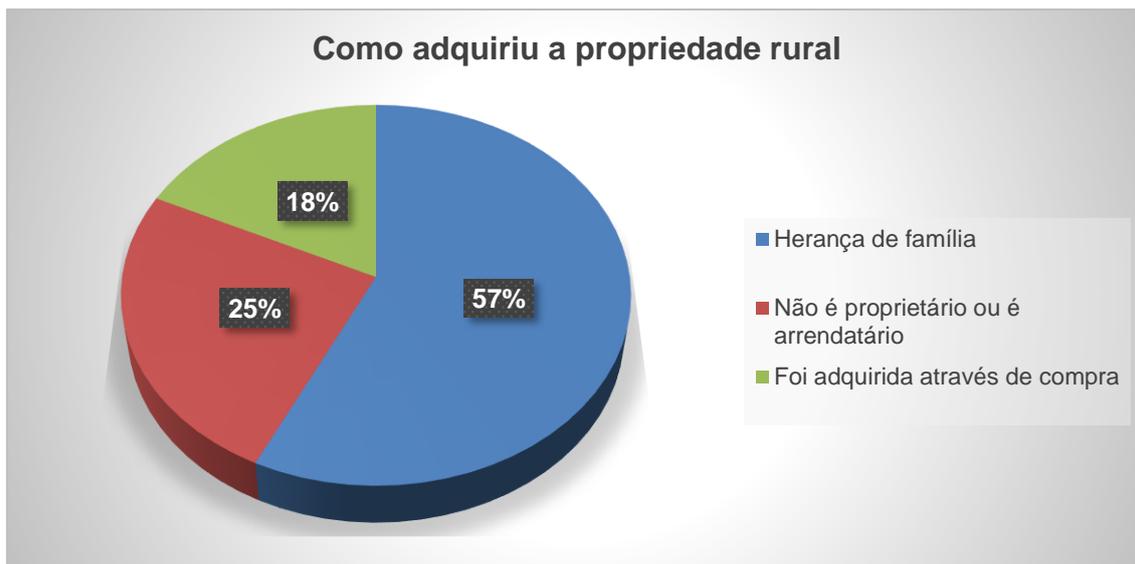


Gráfico 7 – Forma que adquiriu a propriedade
 Fonte: Elaboração própria

O fato de a maior parte dos entrevistados receber as propriedades através de herança, nos remete à sucessão familiar na agricultura. Porém segundo Faccin e Schmidt (2013) os agricultores não estão mais conseguindo influenciar seus filhos para que continuem exercendo as atividades no campo, ocorrendo assim um êxodo dos jovens rurais, afetando a continuidade das atividades familiares no campo.

Outro fator que pode vir a influenciar na permanência do produtor na agricultura é o tempo que a propriedade pertence à família. De acordo com Martins (2007) os jovens não estão excluídos, mas também não estão incluídos, levando-os a considerarem a possibilidade de deixarem o campo rumo a cidade. Em 40% dos entrevistados, a propriedade está presente na família a 31 anos ou mais (GRÁFICO 8). Além desses, outros 20% têm a propriedade entre 21 e 30 anos e 13,3% tem a propriedade presente na família entre 11 e 20 anos.

Se considerarmos que apenas 6,7% das propriedades foram adquiridas recentemente a menos de 11 anos e considerando que apenas 18% das propriedades foram adquiridas através de compras e não por herança familiar (GRÁFICO 7), chegamos à conclusão que cada vez menos pessoas estão dispostas a entrar no ramo da agricultura sem que já tenha uma propriedade, devido ao alto investimento necessário. Isso é verificado no distrito de Monte Celeste, já que a maioria possui a propriedade há um bom tempo.

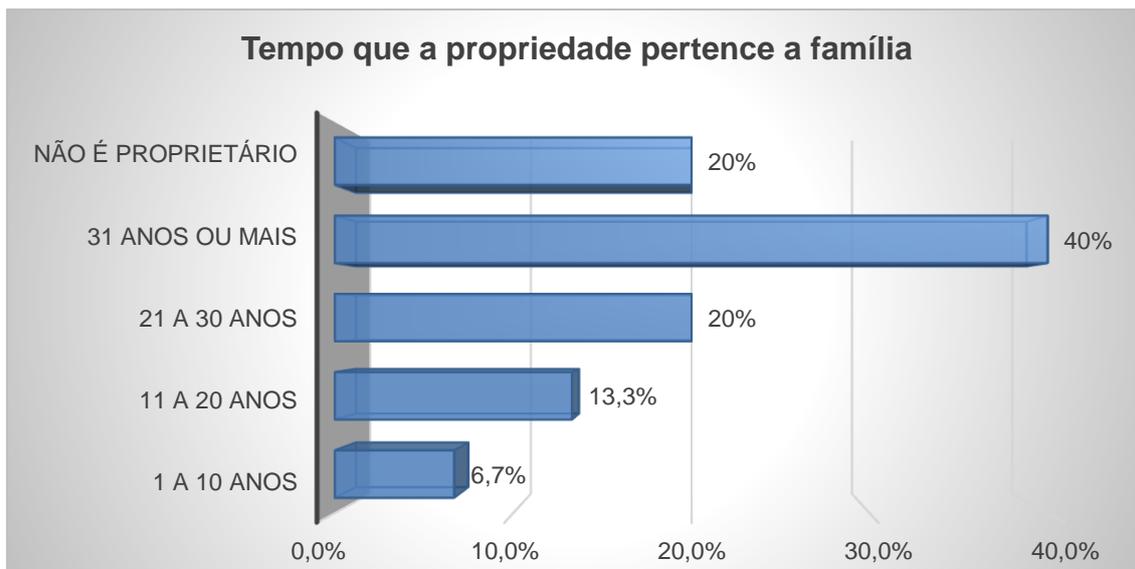


Gráfico 8 – Tempo que a propriedade pertence à família
 Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado aos entrevistados como está composto o seu grupo familiar. Dessa forma 44% das famílias são compostas por 3 pessoas, 23% com 2 pessoas, 20% com 4 pessoas e somente 13% das famílias possuem 5 pessoas (GRÁFICO 9). No geral, a média das famílias é de 3,2 pessoas. Se compararmos essa média com a média nacional das famílias em termos gerais (rural e urbano) do último censo, que é de 3,3 (IBGE, 2010), as famílias entrevistadas ficam bem próximas.

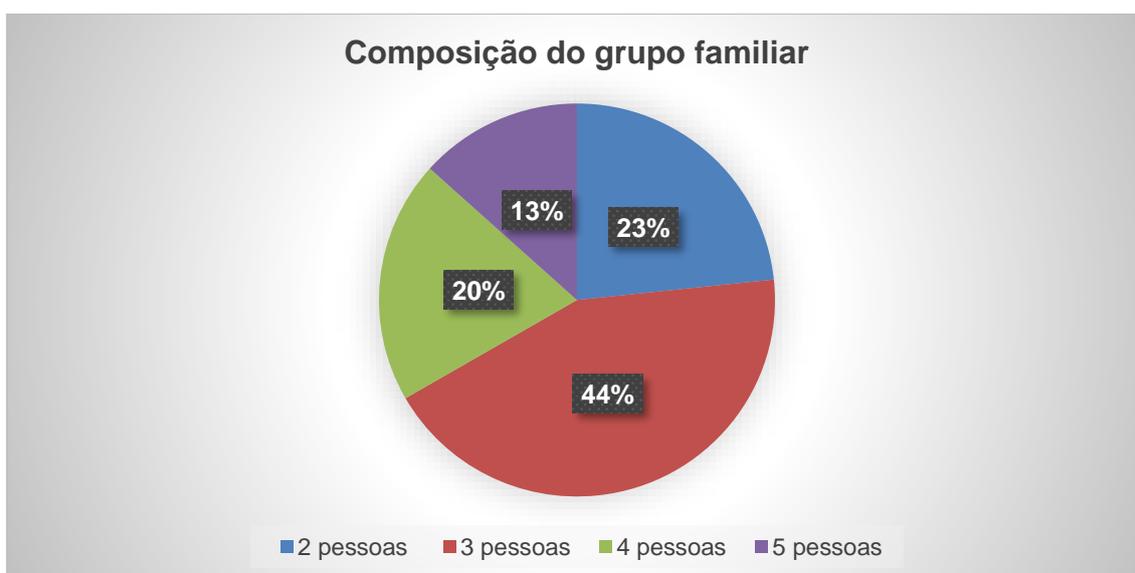


Gráfico 9 – Composição do grupo familiar
 Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados foram perguntados sobre as pessoas do seu grupo familiar que realmente moram na propriedade rural. Com isso observou-se que 27% das propriedades não têm residente (GRÁFICO 10). Esses são aqueles que residem em outros locais e frequentam a propriedade somente para executar as atividades agrícolas. Em 20% das propriedades temos 2, 3 e 4 pessoas residindo e em 13% com 5 pessoas.

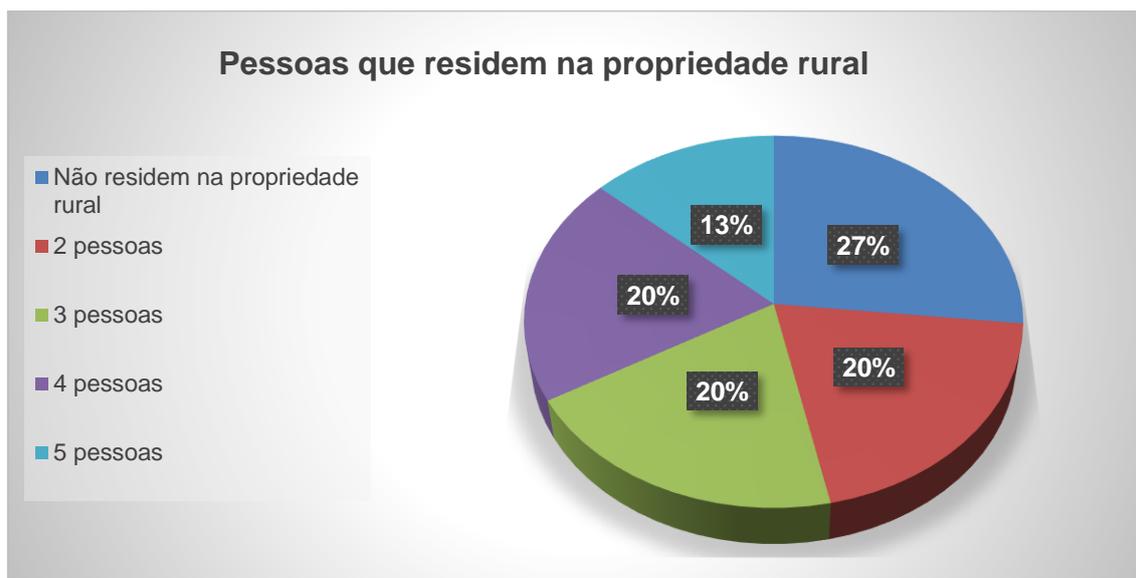


Gráfico 10 – Número de pessoas que residem na propriedade rural
Fonte: Elaboração própria

A maioria dos entrevistados e seus familiares residem na propriedade. Porém, podemos perceber que existe uma parcela dos produtores e suas famílias não residem nas propriedades onde são desempenhadas as atividades produtivas. Para esclarecer por que isso acontece foi perguntado a eles por quais motivos de não residirem nas propriedades rurais.

Verificou-se que 10% das mudanças ocorreram para estudar, assim como outros 10% para trabalhar e com a mesma porcentagem pessoas que querem melhor acesso à internet, tv ou diversão. Já outros 13% se mudaram por motivos particulares ou motivos menos significantes (GRÁFICO 11).

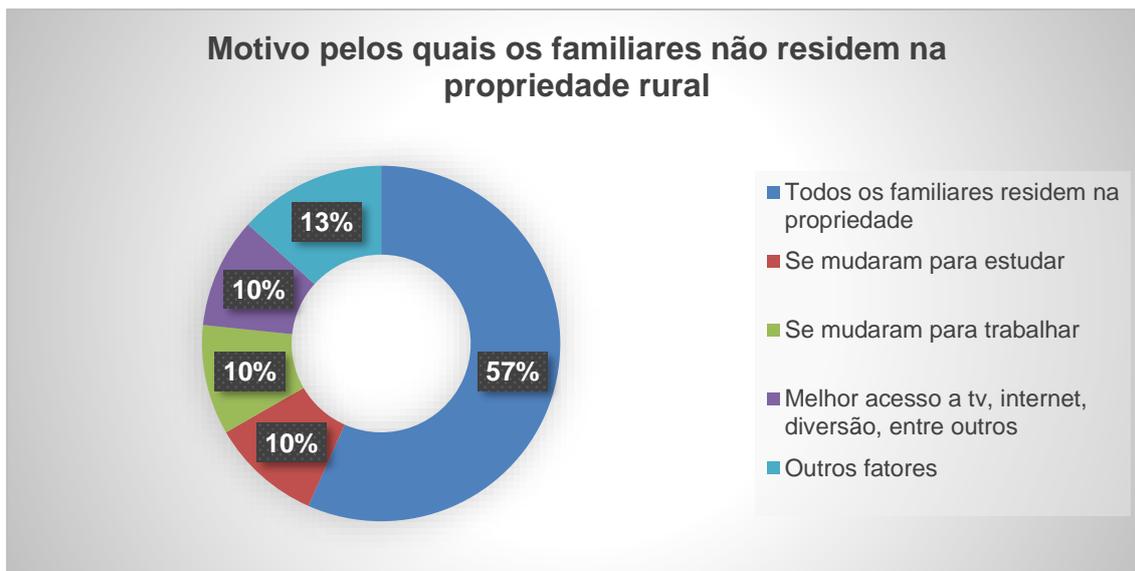


Gráfico 11 – Motivo pelos quais os familiares não residem na propriedade
 Fonte: Elaboração própria

Merece destaque a falta de interesse dos jovens de origem rural pela vida “no campo”. A desvalorização da vida no campo denota o interesse maior em permanecer na cidade para esses jovens de famílias rurais. “A cidade é a promessa de futuro melhor, onde se encontram as oportunidades de trabalho e diversão.” (DOTTO,2011).

Outro fator que foi levado em conta na análise dos motivos para que os familiares de algumas propriedades não residirem na propriedade, foi a distância da propriedade e a sede do município de São Geraldo. A questão da distância pode ser um empecilho para quem mora nas propriedades, já que em 40% dos casos a propriedade fica entre 16 a 20 Km de distância e 16,7% ficam a mais de 21 Km. As demais propriedades cerca de 30% estão de 11 a 15 Km de distância e outras 13,3% ficam a até 10 Km de distância da sede do município (GRÁFICO 12).

A distância até a sede do município pode ser um empecilho para que algum membro da família possa trabalhar em alguma fábrica, loja, entre outros ou que queira ter acesso a serviços mais específicos. O fator que ameniza, é o fato de a sede do distrito de Monte Celeste ser na proximidade da maioria das propriedades e contar com alguns serviços essenciais como os de saúde e educação.

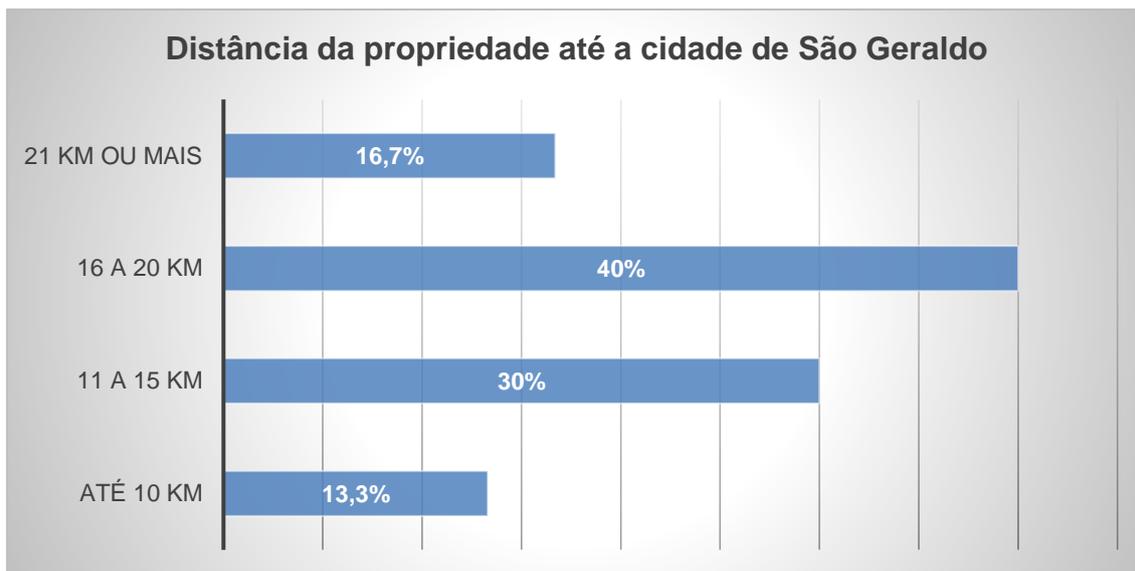


Gráfico 12 – Distância da propriedade até a sede do município de São Geraldo
 Fonte: Elaboração própria

5.3. Produção e comercialização

Dentre as principais atividades desempenhadas pelos produtores rurais do distrito de Monte Celeste podemos destacar principalmente o leite e seus derivados, a produção mista de culturas e a produção de grãos em geral. Em 30% das propriedades é produzido somente leite e seus derivados, já em 27% dos domicílios existe uma produção mista de culturas, seguido da produção de grãos em geral como milho, feijão e café. Em 14% a produção de hortaliças em geral e com menos significância a produção de carne e frutas com 3% cada (GRÁFICO 13).

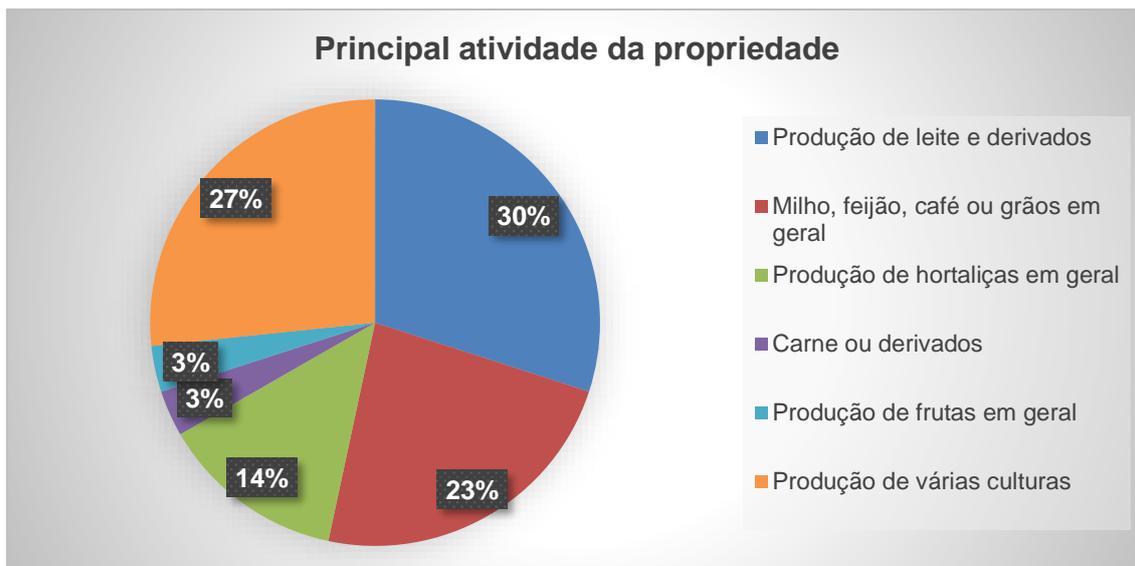


Gráfico 13 – Principal atividade desempenhada na propriedade

Fonte: Elaboração própria

Analisando as atividades desempenhadas nas propriedades visitadas pode-se destacar a produção de leite que está em 30% das propriedades, o que tem forte ligação com fato de existir um laticínio presente no distrito, facilitando a comercialização do produto. Além deste, a produção de milho está ligada diretamente ao leite tanto em grão, quanto na produção de silagem. A produção de feijão e café está ligada à presença de grandes cerealistas nas cidades vizinhas. Já as hortaliças são vendidas em sua maioria em feiras livres ou entregues a associação que distribui para escolas e em cestas básicas.

Em relação a comercialização da produção, cerca de 50% é vendido para empresas particulares, como laticínios, cerealistas ou outras unidades produtivas. Em 27% dos casos é vendido em feiras livres ou no comércio em geral, que são os casos das frutas e verduras, alguns grãos e até mesmo alguma parte do leite. O restante é entregue para a associações e cooperativas e programas municipais, totalizando 13% e 10% respectivamente (GRÁFICO 14).

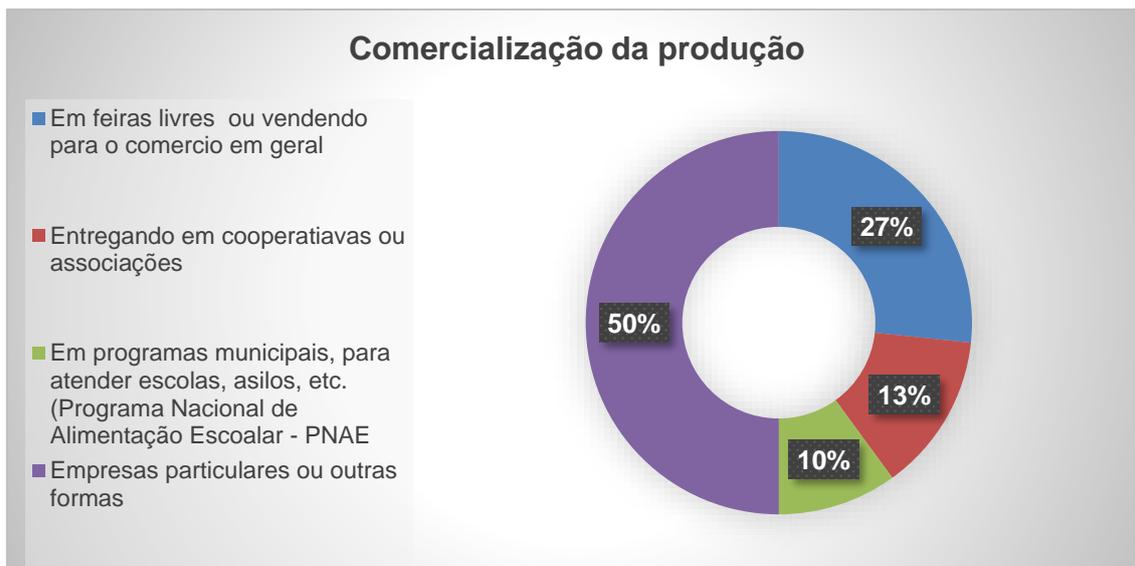


Gráfico 14 – Comercialização da produção
 Fonte: Elaboração própria

Os entrevistados foram perguntados também se a sua propriedade possuía algum colaborador, além dos membros da família. A partir das respostas constatou-se que 83% das propriedades não possuíam nenhum colaborador e o trabalho era executado apenas pelos membros do grupo familiar. Nas demais propriedades, 10% contam com 2 colaboradores e outros 7% com apenas 1 (GRÁFICO 15). Esse baixo número de colaboradores nas propriedades é em decorrência das propriedades em sua maioria serem pequenas e que demandam pouca mão de obra, que podem ser supridas apenas pela mão de obra familiar. Além disso, segundo Oliveira (2015) às propriedades não têm estrutura e condição financeira de manter mão de obra contratada.

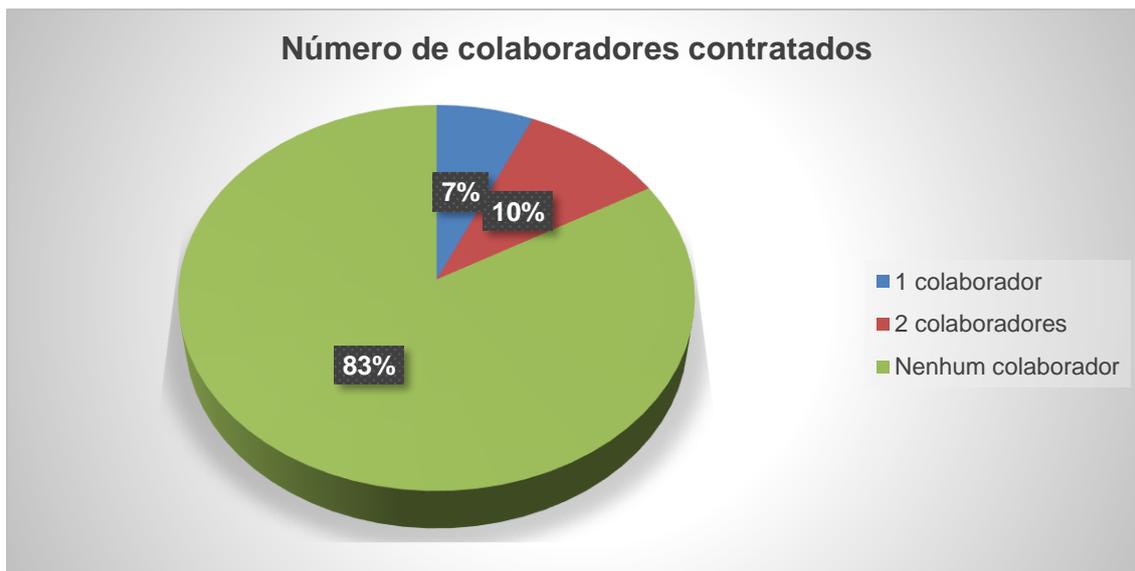


Gráfico 15 – Número de colaboradores na propriedade
 Fonte: Elaboração própria

5.4. O crédito rural do Pronaf e a geração de renda

Vamos analisar nesta seção os produtores que detêm alguma linha de crédito do Pronaf e avaliar através dos dados coletados se os investimentos advindos desses investimentos feitos nas propriedades têm algum efeito sobre a geração de renda desses produtores.

Dentre os entrevistados, 54% têm alguma linha de crédito relacionado ao Pronaf, destes, 27% possuem duas linhas de crédito ao mesmo tempo, que são o Pronaf custeio e Pronaf mais alimentos investimento (GRÁFICO 16). No distrito de Monte Celeste o Pronaf custeio é mais utilizado para compra de insumos para plantio das culturas como sementes, adubos, calcário e para a compra de alimento para os animais como ração, silagem, minerais. Já o Pronaf investimento geralmente é utilizado principalmente na compra de tratores, implementos agrícolas, ordenhadeiras, resfriadores, veículos utilitários entre outros.

Entre os demais produtores, 20% possuem apenas o Pronaf custeio e 7% apenas o Pronaf mais alimentos investimento. Os outros 46% dos produtores entrevistados não possuem nenhum tipo de financiamento ligado ao Pronaf. Um estudo realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em 2021, revela que 38% dos produtores rurais no Brasil nunca acessaram

recursos de crédito rural. Ainda no mesmo estudo foi levantado os motivos pelos quais os produtores não acessam crédito rural e os principais motivos foram falta de informação, excesso de burocracia, custos elevados com cartório, garantias exigidas, juros altos, entre outros.

O PRONAF é um grande aliado para a modernização da agricultura familiar. “Um exemplo disso é o aumento da mecanização nas pequenas propriedades, que de fato, aumenta a produtividade e desenvolve novas áreas de produção.” (OLIVEIRA, 2010). Porém isso também acarreta em efeitos negativos como as mudanças nas relações de trabalho e o êxodo rural.

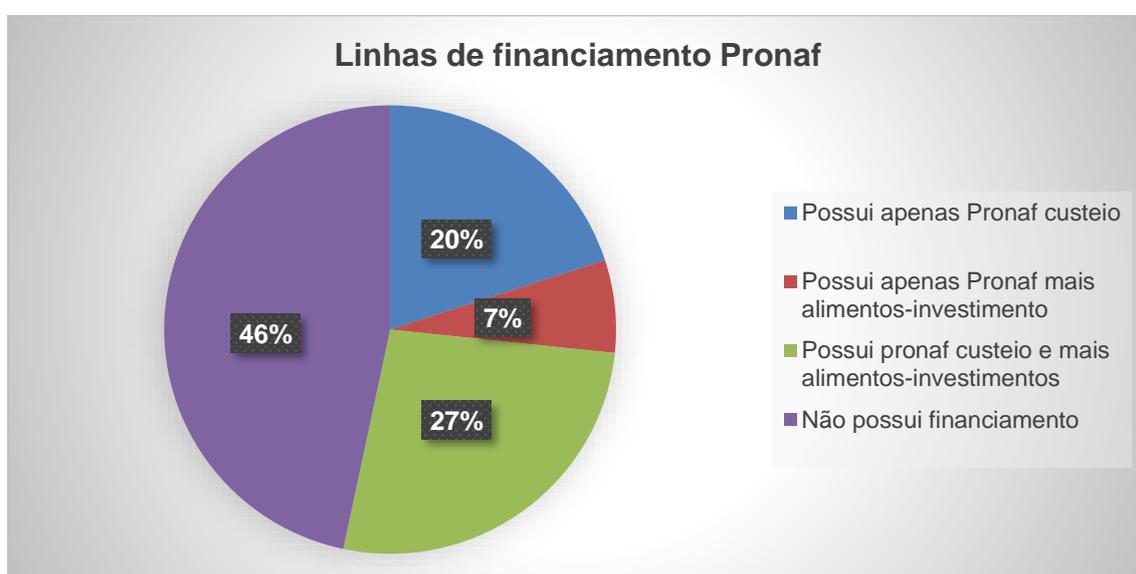


Gráfico 16 – Linhas de financiamento do Pronaf contratadas
Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado aos entrevistados qual a última vez que tomaram algum empréstimo do Pronaf. Em 20% dos casos a última vez foi em 2019, 13% foi anterior a 2017 e 10% em 2018 (GRÁFICO 17). Além disso, apenas 7% dos entrevistados tomaram crédito em 2020 e nenhum em 2021. Essa baixa procura dos anos mais recentes possivelmente aconteceu por decorrência da pandemia de Covid-19, devido à incerteza da comercialização de seus produtos. No distrito de Monte Celeste, por exemplo, alguns agricultores de legumes e verduras entregavam sua produção para as escolas, mas com a chegada da pandemia e a suspensão das aulas presenciais, tiveram que achar outros meios para comercializar sua produção.

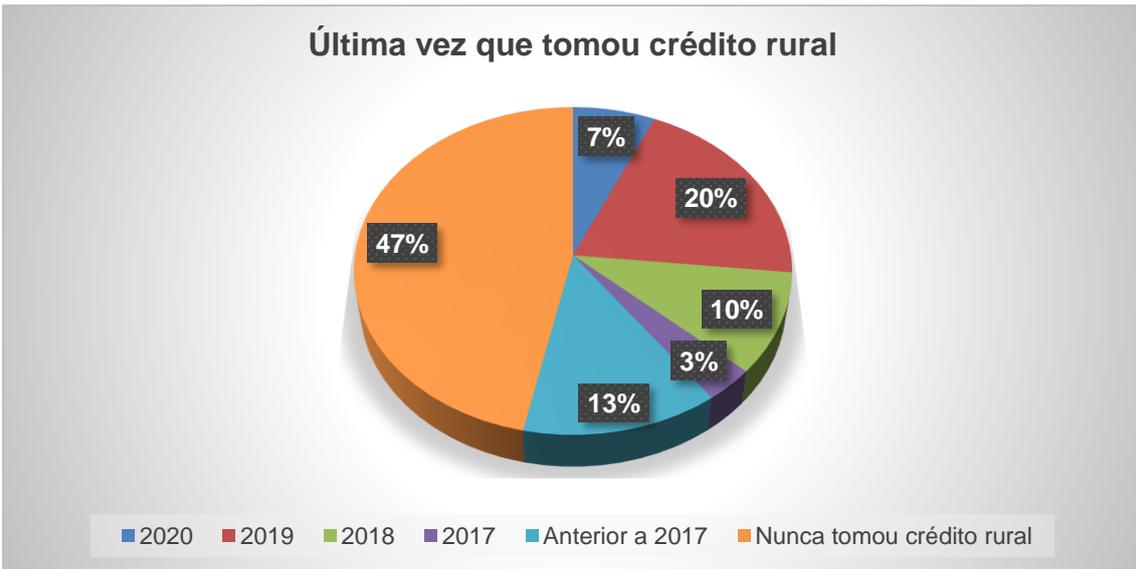


Gráfico 17 – última vez que tomou crédito do Pronaf
 Fonte: Elaboração própria

Também foi perguntado aos produtores a quanto tempo eles já utilizam o crédito do Pronaf. A maioria dos tomadores de crédito já utilizam o recurso de 6 a 10 anos, outros 13% entre 11 e 15 anos e 10% a menos de 5 anos (GRÁFICO 18). Lembrando que o Pronaf foi criado em 1995 como uma linha de crédito de custeio e em 1996 passou a ser um programa governamental voltado a capacitar os agricultores familiares (IPEA, 1999).

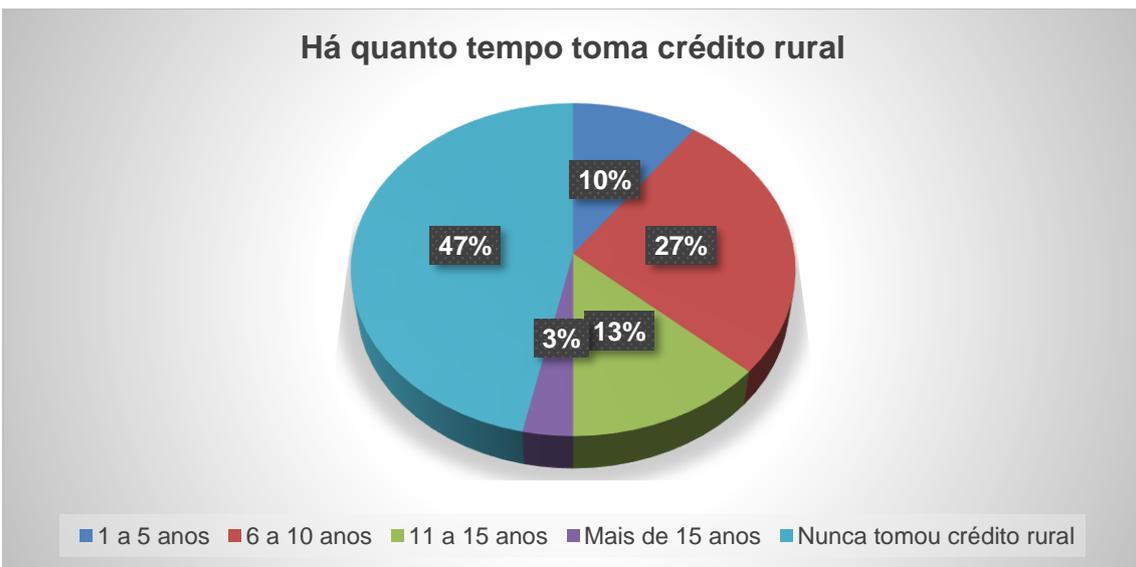


Gráfico 18 – Há quanto tempo toma crédito rural do Pronaf
 Fonte: Elaboração própria

Foi analisada qual a contribuição o crédito rural do Pronaf trouxe para os produtores que o obtiveram nos últimos 15 anos para a melhoria da estrutura produtiva da propriedade e verificou-se a sua importância principalmente na aquisição de máquinas e implementos, custeio agrícola e compra de animais. O custeio agrícola representa 27,9% da utilização dos recursos, a aquisição de máquinas, implementos e veículos é 23,2%, já a aquisição de animais representa 18% (GRÁFICO 19). O custeio pecuário foi utilizado em 14% das vezes.

Podemos perceber que há uma forte tendência dos produtores da região do distrito de Monte Celeste em investir em tratores e implementos, que são essenciais para o preparo do solo e plantio das culturas, que apesar de não haver grandes áreas, as terras são férteis, rendendo uma boa produtividade. Além disso, está ligado diretamente à produção de leite já que na safra de verão todas as propriedades produzem milho, sendo para silagem ou grão muitas vezes destinado a produção de leite.

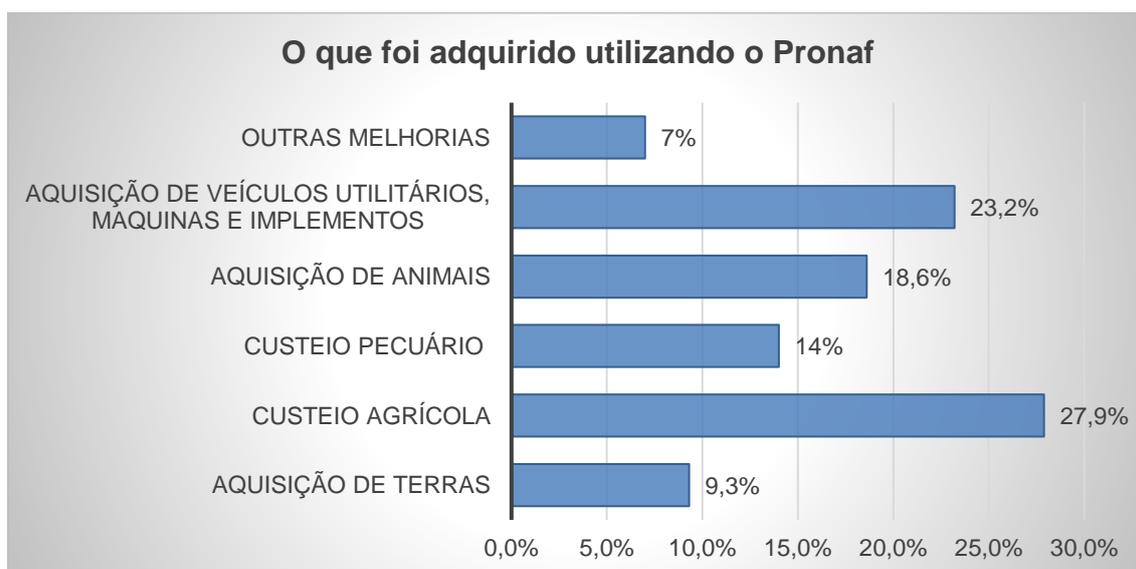


Gráfico 19 – O que foi adquirido através da utilização do Pronaf
Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado aos entrevistados as melhorias trazidas relacionadas apenas ao Pronaf investimento, que no nosso caso é representado pelo Pronaf mais alimentos. “Através do Pronaf Mais Alimentos, é possível financiar investimentos destinados à implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção e de armazenagem na propriedade rural, aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos e implementos, aquisição de

matrizes, formação e recuperação de pastagens, proteção e correção do solo, aquisição de bens como tratores e embarcações, entre outras iniciativas.” (BANCO DO BRASIL, 2021).

O produtor utilizou esta linha de crédito principalmente na compra de implementos agrícolas em 26,3% dos casos e na compra de tratores, caminhões e veículos utilitários, totalizando 23,7% (GRÁFICO 20). Esses números são explicados devido à importância que esse tem para o produtor, facilitando o trabalho do produtor, aumentando a produtividade das lavouras e evitando gastos com o aluguel de terceiros. Além desses investimentos, 15,8% foram destinados para compra de ordenha e resfriadores, destinados a atividade leiteira, 13,2% não utilizam esse crédito, 10,5% foram para compra de animais e outros 10,5% destinados a manutenção de estruturas, como currais, cercas, entre outros.

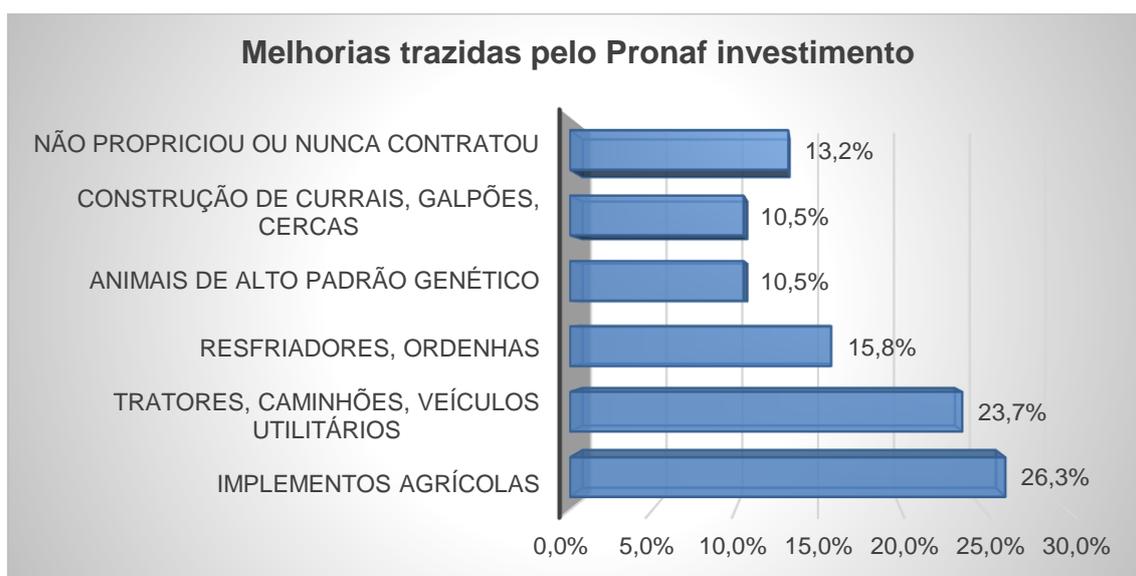


Gráfico 20 – Melhorias trazidas pelo Pronaf investimento

Fonte: Elaboração própria

Os produtores também foram perguntados sobre a utilização da modalidade de custeio. “Através do Pronaf Custeio pode-se adquirir sementes, fertilizantes, defensivos, vacinas, ração e outros itens necessários para o dia a dia da produção, seja ela agrícola ou pecuária.” (BANCO DO BRASIL, 2021).

Nesse caso a aquisição de sementes transgênicas foi a principal finalidade do crédito em 28,6% dos casos, seguido da aquisição de sementes e mudas de alto padrão com 26,2% e a compra de adubos, defensivos e calcário

com 23,8% (GRÁFICO 21). Esses números se explicam, já que na região de Monte Celeste nos meses de setembro a novembro predomina o plantio do milho primeira safra, destinado principalmente a produção de silagem. Já na segunda safra, entre os meses de fevereiro e abril predomina o plantio do feijão e milho safrinha. Além da utilização na agricultura, o crédito de custeio também é utilizado em 14,2% das vezes na compra de vacinas, vermífugos e minerais, destinados a atividade pecuária. Outros 7,2% não utilizam essa modalidade de crédito.

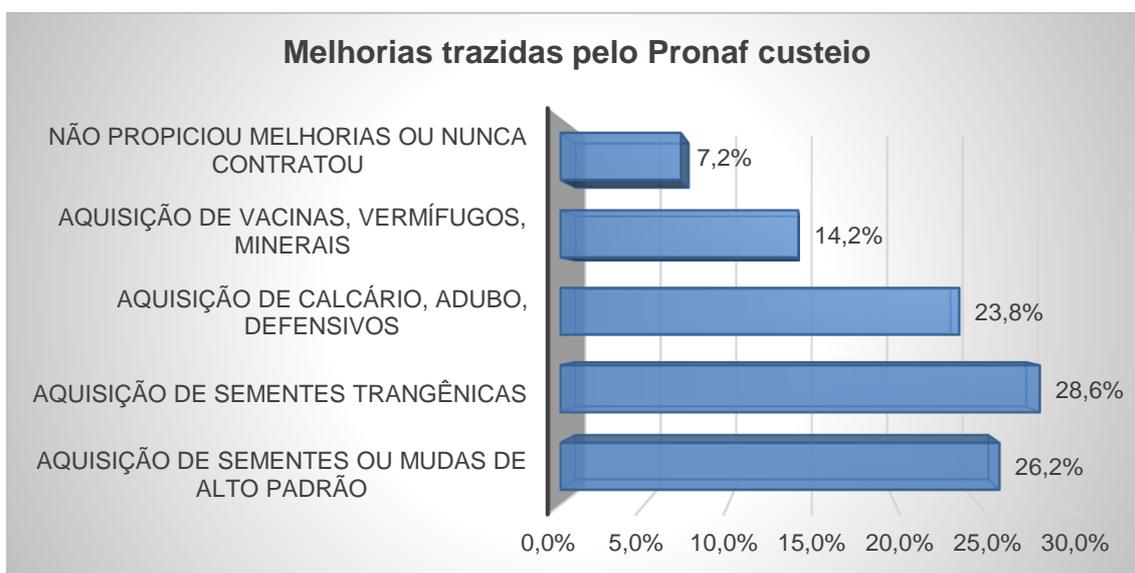


Gráfico 21 – Melhorias trazidas pelo Pronaf custeio

Fonte: Elaboração própria

Os produtores foram perguntados se na opinião deles o crédito rural ajudou a melhorar a produtividade da propriedade e 94% das respostas foram “sim” e 6% não tem opinião formada sobre o assunto (GRÁFICO 22). Esses números demonstram que os produtores enxergam que a adesão ao programa trouxe algum benefício. Como cita Junior (2019), a criação de programas como o Pronaf fez com que a agricultura familiar se tornasse mais expressiva no país, abastecendo o mercado com produtos básicos, mas, no entanto, as políticas agrárias ainda precisam atingir mais produtores e com menores limitações de crédito.

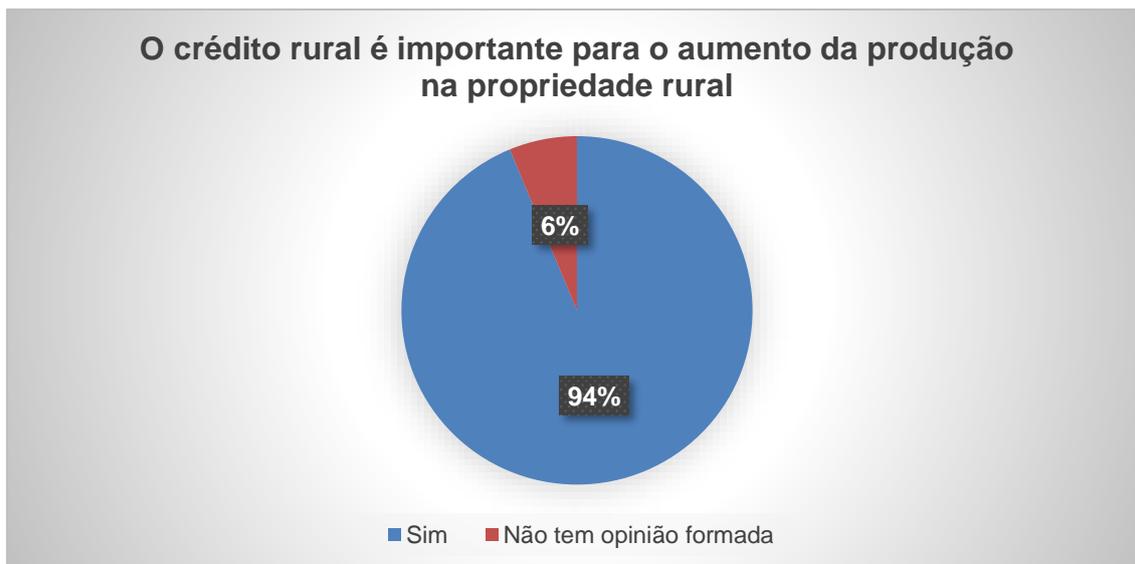


Gráfico 22 – A importância do crédito rural do Pronaf para o aumento da produção na propriedade rural

Fonte: Elaboração própria

Para que o produtor possa ter acesso ao Pronaf, ele precisa estar com sua DAP em dia. Com isso em mãos ele deverá elaborar um projeto junto a Emater local contendo algumas orientações que precisam ser seguidas e após isso apresentar a documentação a instituição financeira que deseja solicitar o crédito.

Dessa forma foi perguntado aos entrevistados tomadores de crédito rural se eles seguiam as orientações contidas no projeto elaborado junto a Emater e 100% dos produtores responderam que sim, respeitam o que foi acordado no projeto (GRÁFICO 23).

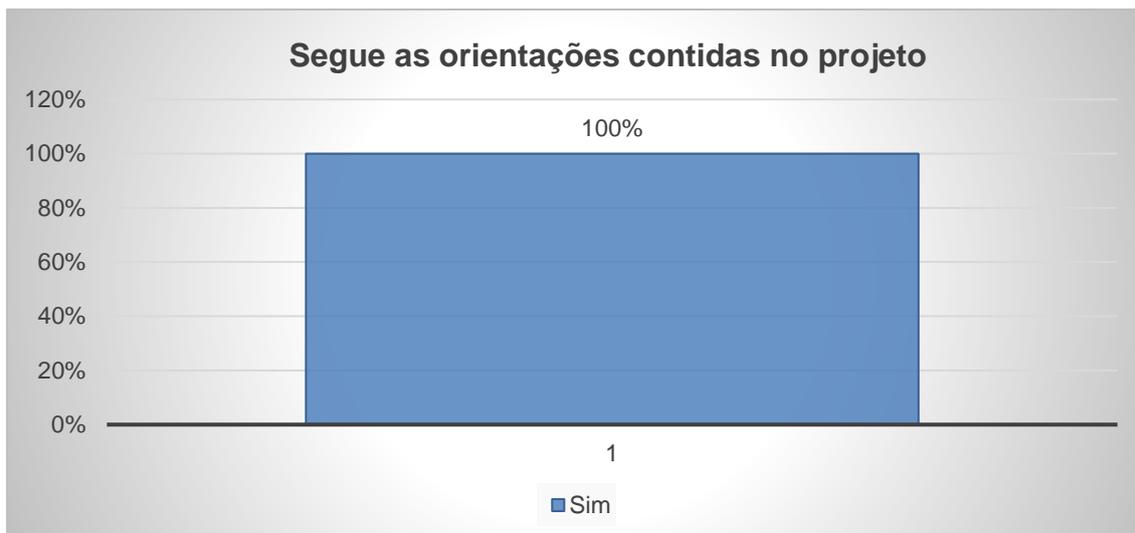


Gráfico 23 – Os produtores seguem as orientações contidas no projeto

Fonte: Elaboração própria

Os prazos para pagamento, número de parcelas e tempo de carência variam de acordo com a modalidade contratada no projeto. Nessa toada foi perguntado aos produtores se eles estão conseguindo manter seus empréstimos em dia de acordo com o que foi acordado no projeto. Dessa forma verificou-se que 100% dos produtores que possuem alguma modalidade do Pronaf contratado estavam com ele em dia (GRÁFICO 24). Isso nos remete que os investimentos advindos do crédito rural estão trazendo retorno aos produtores, mesmo com setor sendo afetado mais recentemente com a diminuição da demanda por conta da pandemia do Sars-Cov19.

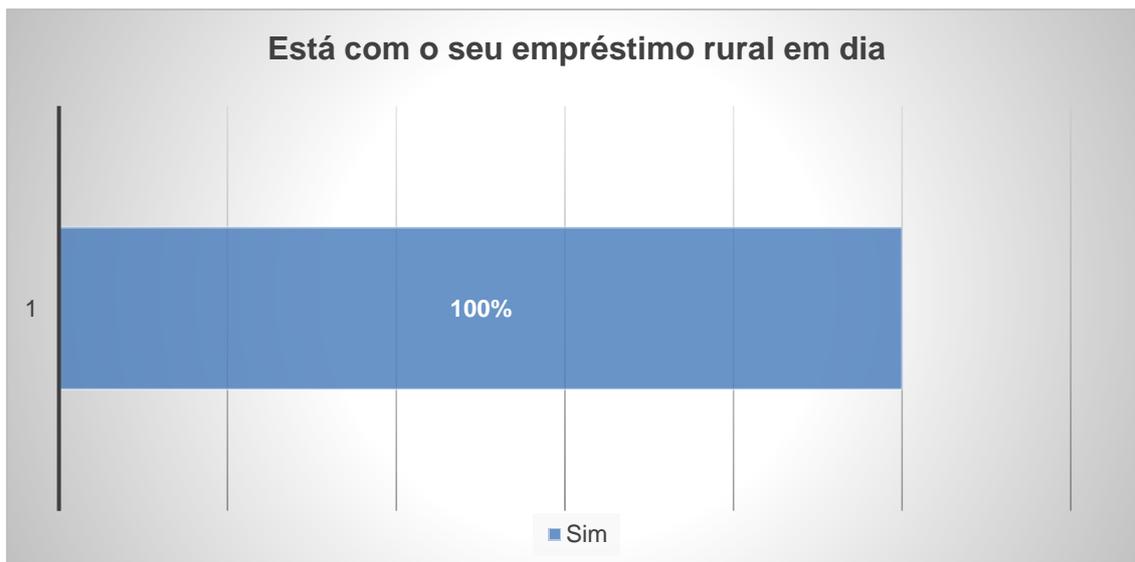


Gráfico 24 – O produtor rural está com seu empréstimo rural em dia
 Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado aos produtores qual tecnologia implantada em sua propriedade teve papel mais importante no desenvolvimento de suas atividades produtivas. Entre os entrevistados, 42% citaram que o mais importante foi a energia elétrica, 26% mencionaram que foi tratores e implementos agrícolas e 21% melhoramento genético dos animais e técnicas mais sofisticadas de manejo (GRÁFICO 25). Em 9% das respostas os produtores citaram outras tecnologias ou não souberam citar e apenas 2% mencionaram telefonia ou internet como importante.

Vale ressaltar que dentre as tecnologias mencionadas, com exceção de energia elétrica, as demais foram adquiridas por meio de crédito vindo do Pronaf, destacando a sua importância para os agricultores familiares. “O Pronaf é muito importante para manter o produtor familiar no campo, pois o financiamento provido deste programa apresenta baixas taxas de juros permitindo ao agricultor familiar, beneficiar-se em compras de utensílios agrícolas destinados à produção.” (MALYSZ, 2012).

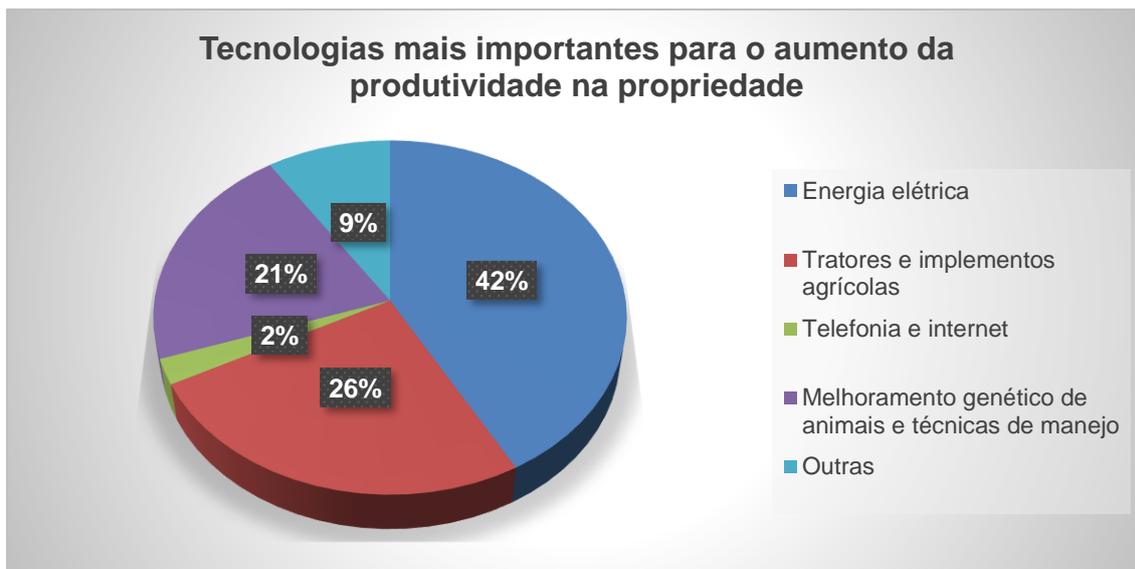


Gráfico 25 – Quais tecnologias implantadas na propriedade foram mais importantes para o aumento da capacidade produtiva
 Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado aos produtores qual é atualmente a sua renda mensal média. A maior parte das respostas representando 37%, os produtores disseram não ter uma renda mensal fixa (GRÁFICO 26). Isso pode ser explicado pelo fato das diferentes culturas cultivadas pelos produtores, algumas mensais, outras semestrais e até mesmo anuais. Um exemplo seria o leite que por causa da sazonalidade de sua produção na época mais seca do ano tem uma menor produção, gerando menor renda ao produtor. Além disso, alguns produtores não contabilizam o quanto ganham, e não fazem ideia de qual é a sua renda mensal. “Os pequenos produtores pela falta ou desconhecimento da administração acabam não desempenhando suas atividades com qualidade e eficiência, e um dos principais motivos para que isto aconteça é a falta de conhecimento em administração.” (BUSS, 2012). Um produtor em determinada atividade não tem a dimensão de quanto está recebendo pelo produto e acaba deixando a atividade, mesmo as vezes tendo lucro ou potencial para gerar.

Além disso, 24% dos entrevistados declaram ter renda mensal entre R\$ 1100,01 a R\$ 2200,00 e outros 24% R\$ 2200,01 a R\$ 3300,00. Outros 9% tem renda de até R\$ 1100,00 e outros 6% tem mensalmente renda maior que R\$ 3300,00. Vale enfatizar que 23% dos entrevistados têm mais de 61 anos (GRÁFICO 1), e estes já são aposentados não dependendo exclusivamente da renda vinda da propriedade rural, sendo essa uma renda complementar.

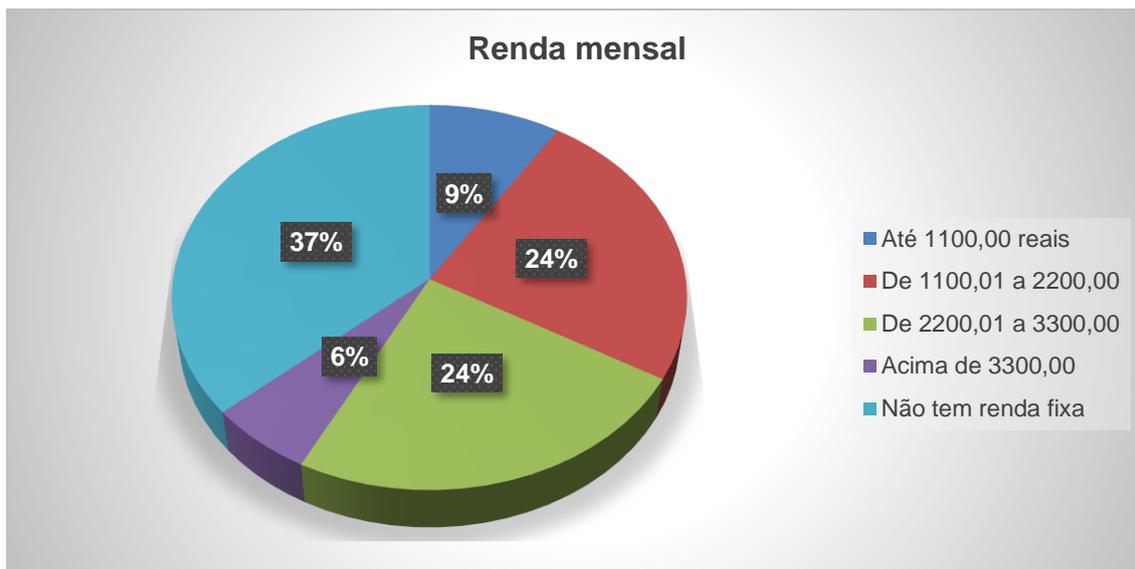


Gráfico 26 – Renda mensal
 Fonte: Elaboração própria

Após analisar as respostas obtidas através da aplicação do questionário aos produtores, seguem as conclusões finais sobre o assunto.

6. Considerações Finais

Os agricultores familiares são responsáveis por levar alimentos a grande parte dos domicílios brasileiros, contribuindo assim para o aumento do PIB do país. Para que isso aconteça é necessário investimentos no setor que só são possíveis através de políticas públicas como o Pronaf, onde o governo disponibiliza empréstimos a juros baixos e prazo para pagar. Com isso é possível que esses pequenos produtores tenham condições de investir na atividade, aumentando assim sua renda.

Através disso, foi objetivo deste estudo levantar informações e avaliar pela ótica dos agricultores familiares do distrito de Monte Celeste de que forma o crédito rural do Pronaf impactou na geração de renda das propriedades rurais.

A partir dos resultados adquiridos através das entrevistas é possível concluir que em relação a estrutura das propriedades, 57% foram adquiridas por meio de herança de família e que a grande maioria pertence às famílias a mais de 10 anos, o que demonstra a presença da cultura de sucessão familiar.

Em relação à distância da propriedade para a sede do município, a grande maioria está no intervalo de 10 a 20 Km, ligados por estrada rural asfaltada, o que não dificulta o acesso. No que diz respeito à renda, podemos concluir que a maioria não tem controle de seus ganhos, já que 37% respondeu não ter renda fixa, 24% entre 1100,01 e 2200,00 e outros 24% entre 2200,01 e 3300,00. A dificuldade em administrar seus ganhos não é exclusiva dos agricultores familiares. Neste sentido é necessário que os produtores busquem ter uma melhor gestão financeira do seu negócio, buscando uma assistência técnica e gerencial adequada.

Entre as principais fontes de renda dos agricultores destaca-se a produção de leite, seguido da produção de grãos em geral como milho, feijão, café e a produção de hortaliças em geral. Em menor proporção temos a produção de carnes e frutas. É necessário que dentro do possível o produtor consiga diversificar seus trabalhos, produzindo mais de uma cultura ao mesmo tempo, fazendo com que ele diminua o risco na sua atividade, tendo sempre uma segunda alternativa de renda.

No que diz respeito às melhorias na propriedade utilizando o crédito do Pronaf, destacam-se a compra de tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, compra de animais, custeio agrícola e pecuário. Por meio destes investimentos, o produtor conseguiu modernizar sua propriedade, aumentando sua produção e gerando mais renda.

No início deste estudo foi questionado o seguinte problema de pesquisa: Qual a influência do Pronaf na geração de renda dos agricultores familiares do município de São Geraldo-MG? Após a pesquisa, conseguimos verificar que houve uma influência positiva do crédito rural para desenvolvimento das atividades e da geração de renda.

A partir dos resultados, entende-se que investimentos maiores devem ser feitos nas propriedades, principalmente em assistência técnica e gerencial. Porém, como ainda convivemos com um cenário de pandemia e instabilidade da economia, é necessário cautela e muito estudo para que seja feito qualquer tipo de investimento.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Edições Unesco, 1998. 104 p. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

ALVES, Clayton. A importância do crédito para o desenvolvimento econômico e social. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/27633/1/A-IMPORTANCIA-DO-CREDITO-PARA-O-DESENVOLVIMENTO-ECONOMICO-E-SOCIAL/pagina1.html>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

ANTÃO, Rosimeire Aparecida de Souza; CAMPANHOLO, Tarcísio. O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social. Araxá-MG, 2011.

BALESTRIN, Juliano. A relevância do PRONAF na agricultura familiar: Perspectiva e importância do programa desde a sua criação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2010. Retirado em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25416>. Acesso em: agosto de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de crédito rural (MCR): Atualização MCR 518. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016.

Banco do Brasil. Pronaf mais alimentos. Retirado em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/pequeno-produtor/investir-em-sua-atividade/pronaf-mais-alimentos#/. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Retirado em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: outubro de 2019.

BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; GILIO, L.; SOUZA JUNIOR, M.L.; MORAIS, A.C.P.; ALMEIDA, A.N. Mulheres no Agronegócio. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Piracicaba, v.1, n.1, 2018. Retirado em:

[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL\(3\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL(3).pdf). Acesso em: outubro de 2021.

BIANCHINI, Valter. Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios /Valter Bianchini. — Brasília: SAF/MDA, 2015. 113 p. Retirado em: <http://coral.ufsm.br/centroserra/images/LivroPRONAF20ANOSnovosite.pdf>.

Acesso em: 14 de setembro de 2021.

BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347. Retirado em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/yWYK66v4CJXDqsmKtVH5bkD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

BUAINAIN, A. M. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

BUSS, R. NIEHUES; SILVA, P. A Administração na Pequena Propriedade Rural. Revista São Luis Orione, v. 1, p. 149-174, 2012;

BRASIL. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 13 out. 2019.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. avaliação da Pronaf, realizada pelo Grupo de Análise de Conjuntura Agrária e Agrícola do CPDA/UFRRJ em dezembro de 1996. Retirado em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106/102>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

CASTRO, E. G. de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CHEQUELLER, Samantha Barzotto; RAZERA, Josiane; ZIMMER, Muriane. A tomada de decisão de mulheres pela sucessão familiar. Faculdade meridional, Passo Fundo, RS, 2019. Retirado em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/52227/27921>. Acesso em: outubro de 2021.

CONCEIÇÃO, Caliane Costa dos Santos da; OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. Juventudes rurais e interiorização do ensino superior. I encontro internacional de cultura, linguagens e tecnologias do recôncavo. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Santo Amaro, Bahia, 2017. Retirado em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/91-1285-1-PB.pdf>. Acesso em: agosto de 2021.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. Brasília, 2021. Retirado em: <https://www.cnabrasil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Prioridades e principais dificuldades no acesso ao crédito e seguro rural plano agrícola e pecuário 2021/2022. Brasília, 2021. Retirado em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/RESULTADO_PESQUISA_PRODUTORES_ATEG-PAP2021_2022.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

CONTI, Bruno Martarello De; ROITMAN, Fábio Brener. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. Revista do BNDES 35, junho 2011. Retirado em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3364/1/RB%2035%20Pronaf_uma%20an%C3%A1lise%20da%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20das%20fontes%20de%20recursos_P.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

DAMASCENO, Nagilane. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.49 no.1 Brasília Jan./Mar. 2011.

DOTTO, Fabiano. Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul... / Fabiano Dotto; orientação Olivier François Vilpoux. Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

EMBRAPA. Qual é a participação da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e em Rondônia. Calixto Rosa Neto; Francisco de Assis Correa Silva; Leonardo Ventura de Araújo; Embrapa Rondônia, 2020. Retirado em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em: outubro de 2021.

FACCIN, Olívio Pedro; SCHMIDT, Carmen Elizabete Finkler. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. Mormaço, Rio Grande do Sul, 2013. Retirado em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Olivio%20Faccin.pdf. Acesso em: agosto de 2021.

FERRAZ, Osni Giani. A sustentabilidade dos agricultores familiares de leite associados à CLAF nas dimensões ambiental, sociocultural e institucional. 2002. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2625>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

FERREIRA, Leonardo Rodrigues; RAMIRES, Vicentina. Informação e Desenvolvimento Rural: o Caso de Produtores Rurais Assentados em Vitória de Santo Antão (PE). Desenvolvimento em questão, 2010. Retirado em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/60-Texto%20do%20artigo-188-1-10-20111013.pdf>. Acesso em: outubro de 2021.

FERNANDES, Alana Miguel. O PRONAF na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013. Retirado em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=1>. Acesso em: outubro de 2021.

GEHRING, O crédito Rural: Uma análise jurídica de sua aplicabilidade a Brasil. 2014 Juina ARTIGO SALVO.

GONÇALVES, Lucilia de Miranda. Crédito Rural no Brasil. São Paulo, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf Dez Anos Depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007 –Impressa em abril 2007.

GUILHOTO, Joaquim J. M.; AZZONI, Carlos R.; SILVEIRA, Fernando Gaiger. PIB da Agricultura familiar: Brasil-Estados Unidos. -- Brasília: MDA, 2007. Retirado em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/SSRN-id1803225.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010: Sinopse. 2010. Retirado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/24161?detalhes=true>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Informações Estatísticas. 2017. Retirado em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

JUNIOR, Ronaldo P. Dias. O financiamento da agricultura familiar: a importância do PRONAF. Trabalho de conclusão de Piepex apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia. Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL- MG Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, Varginha, 2019. Retirado em: file:///C:/Users/anton/Downloads/tcp-pronaf.pdf. Acesso em: setembro de 2021.

KAGEYANA, Angela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. Trabalho realizado no âmbito do Convênio entre a PCT/IICA - PRONAF e a Fundação Economia de Campinas. Agric. São Paulo, SP, 50(2):1-13, 2003. Retirado em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-03-1.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

LOPES, Desirée; LOWERY, Sarah; PEROBA, Tiago Luiz Cabral. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. Revista do BNDES 45, junho 2016. Retirado em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9518/1/5-%20Cr%20c3%a9dito%20rural%20no%20Brasil%20desafios%20e%20oportunidades%20para%20a%20promo%20c3%a7%20c3%a3o%20da%20agropecu%20c3%a1ria%20sustent%20c3%a1vel.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

MALYSZ, Paula Angélica; CHIES, Cláudia. A importância do PRONAF na permanência do agricultor familiar no campo. XXI encontro nacional de geografia agrária, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. Retirado em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2021

MALDANER, Gean Carlos. Contribuição do Pronaf no desenvolvimento da cadeia do leite no município de Pinhalzinho - SC / Gean Carlos Maldaner. -- 2014.89 f.; il. Retirado em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1520>. Acesso em: agosto de 2019.

MARTINS, J. S. Exclusão social e a nova desigualdade. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=319>>. Acesso em: 01 out.2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. Crédito rural, retirado em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>. Acesso em: outubro de 2019.

OLIVEIRA, Herivelto Afonso. Crédito Rural e geração de renda no município de Morrinhos GO: O caso do Pronaf. GOIÂNIA Faculdade Alves Faria. 2015

OLIVEIRA, Márcia Gonzaga de Castro. Importância da mecanização na agricultura familiar. Embrapa, 2010. Retirado em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/869390/1/spmg.pdf>. Acesso em: outubro de 2021.

PARNOFF, Tarcísio Chitolina. O papel do SICREDI como facilitador do crédito rural e o desenvolvimento econômico da agricultura familiar no município de Fontoura Xavier/RS. Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, RS, 2017. Retirado em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179864/001062537.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, 2014. Retirado em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/374/ASPTA_dez_qualidades_agricultura_familiar.pdf?sequence=1. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

Prefeitura Municipal de São Geraldo. <https://www.saogeraldo.mg.gov.br/site/>. Acesso em: novembro de 2021.

RAMOS, Simone Yuri. Evolução da política de crédito rural brasileira / Simone Yuri Ramos, Geraldo Bueno Martha Júnior. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010. Retirado em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77790/1/doc-292.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

ROSA, Sueli L. Couto. Desafios do PRONAF–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Revista Reforma Agrária, Campinas: ABRA, v. 25, n. 2 e 3, p. 185-192, maio-dez. 1995.

SANTOS, Gilnei C. et al. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. Economia Aplicada, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antônio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Publicado em SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Retirado em: [esearchgate.net/profile/Sergio-Schneider/publication/269576454_Historico_caracterizacao_e_dinamica_recente_do_Pronaf_-_Programa_nacional_de_fortalecimento_da_agricultura_familiar/links/5645226708aef646e6cc2059/Historico-caracterizacao-e-dinamica-recente-do-Pronaf-Programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Sergio-Schneider/publication/269576454_Historico_caracterizacao_e_dinamica_recente_do_Pronaf_-_Programa_nacional_de_fortalecimento_da_agricultura_familiar/links/5645226708aef646e6cc2059/Historico-caracterizacao-e-dinamica-recente-do-Pronaf-Programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar.pdf). Acesso em: 14 de setembro de 2021.

SILVA, Enid Rocha Andrade. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. IPEA, instituto de pesquisa econômica aplicada. Brasília, 1999.

Retirado em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2747/1/td_0664.pdf.
Acesso em: 14 de setembro de 2021.

SOUZA, Cleonice Borges De; CAUME, David José. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Retirado em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/882.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. A dinâmica sucessória na agricultura familiar. Tese submetida ao programa de pós-Graduação em desenvolvimento rural da faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção de título de doutor em desenvolvimento rural. Porto Alegre, RS, 2008. Retirado em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

TEIXEIRA, Eryl Cardoso. Políticas governamentais aplicadas ao agronegócio / Eryl Cardoso Teixeira, Matheus Henrique Miranda, Carlos Otávio de Freitas – Viçosa, MG: Ed. UFV, 2014.

WAHLBRINCK, Joana. As contribuições do crédito rural na geração de renda e qualidade de vida dos produtores de Imigrantes/RS. CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES, Lajeado, 2017. Retirado em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1772/1/2017JoanaWahlbrinck.pdf>. Acesso em: outubro de 2019.

ZOCCAL, Rosângela. Produção de leite na agricultura familiar. Juiz de Gora: Embrapa gado de leite, 2005. Retirado em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/89788/1/BOP-17.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

8. Apêndices

8.1. Apêndice A – Questionário

1 – Qual a sua escolaridade?

- A. Nunca estudou.
- B. Ensino fundamental – 1º ao 5º ano.
- C. Ensino Fundamental – de 6º ao 9º ano.
- D. Ensino médio incompleto.
- E. Ensino médio completo.
- F. Ensino Superior.

2 – De que forma você adquiriu sua propriedade rural?

- A. Foi adquirida através de compra.
- B. Herança de família.
- C. De outra forma.
- D. Não é proprietário ou é arrendatário.

3 – Há quanto tempo a propriedade rural pertence a você ou sua família?

4 – Quantas pessoas fazem parte do seu grupo familiar (contando com você)?

5 – Quantas pessoas residem na propriedade rural?

6 – Se for o caso, na sua opinião, qual seria o principal motivo de seus familiares não estarem residindo na propriedade rural atualmente?

- a. Todos os familiares moram na propriedade rural.
- b. Foram estudar.
- c. Foram trabalhar.
- d. Para ter melhor acesso a TV, Internet, diversão, entre outros.
- e. Outros fatores.

7 – Dentre as pessoas que compõem seu grupo familiar, quantas cursam ou terminaram apenas o ensino fundamental até o 9º ano?

8 – Dentre as pessoas que compõem seu grupo familiar, quantas cursam ou terminaram o segundo grau?

9 – Dentre as pessoas que compõem seu grupo familiar, quantas cursam ou terminaram o ensino superior?

10 – Qual a distância da propriedade até a sede do município de São Geraldo?

11 – Quantos colaboradores de fora da família você possui?

12 – Qual sua principal atividade na propriedade?

- a. Milho, feijão, ou produção de grãos em geral.
- b. Carne ou derivados.
- c. Produção de leite e derivados.
- d. Produção de hortaliças em geral.
- e. Produção de frutas em geral.
- f. Produção de várias culturas.

13 – Como você vende sua produção?

- a. Entregando em cooperativas ou associações.
- b. Em feiras livres ou vendendo para o comércio em geral.
- c. Em programas municipais, para atender escolas, asilos, etc. (Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae).
- d. Outras formas.

14 – Qual das linhas de crédito vinculados ao Pronaf você possui?

- a. Pronaf Custeio
- b. Pronaf Mais Alimentos-Investimento.
- c. Pronaf Agroindústria.
- d. Pronaf Agroecologia.
- e. Pronaf Eco.
- f. Pronaf Floresta.
- g. Pronaf Semiárido.
- h. Pronaf Mulher.
- i. Pronaf Jovem.
- j. Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares.
- k. Pronaf Cota-Parte.
- l. Microcrédito Rural.

15 – Qual a última vez que você tomou o crédito rural Pronaf?

16 – Há quanto tempo você toma o crédito rural Pronaf?

17 – O que você conseguiu adquirir através do auxílio do crédito vindo do PRONAF?

- a. Aquisição de terras.
- b. Custeio agrícola (compreende do plantio a colheita e armazenamento).
- c. Custeio pecuário (compreende atividades no trato de animais).
- d. Investimento para aquisição de animais.
- e. Investimento para aquisição de equipamentos, implementos, tratores ou similares.
- f. Investimento para aquisição de veículo utilitário ou motocicletas.
- g. Todas acima.
- h. Outras.

18 – Quais as melhoras o crédito rural Pronaf investimento trouxe para sua propriedade?

- a. Implementos agrícolas (pulverizadores, motores estacionários, etc.).
- b. Tratores, caminhões, motos, veículos utilitários ou similares.
- c. Tanques de expansão, resfriadores, ordenhas, etc.
- d. Animais de alto padrão genético (reprodutores ou matrizes).
- e. Construção de silos, galpões, celeiros, abrigos, cercas e estrebarias.
- f. Outras melhorias.
- g. Todas acima.
- h. Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

19 – Quais as melhoras o crédito rural Pronaf custeio trouxe para sua propriedade?

- a. Aquisição de sementes, mudas ou similares com elevado padrão de germinação.
- b. Aquisição de sementes transgênicas.
- c. Aquisição de insumos (calcário, defensivos, etc.) para correção de solo e aumento de produtividade.
- d. Aquisição de insumos (vacinas, vermífugos, minerais, etc.) que permitam a qualidade da saúde dos animais preservando sua produtividade.
- e. Todas acima.
- f. Não propiciou melhorias ou nunca contratei.

20 – Você respeita as orientações contidas no projeto, apresentado junto à instituição financeira, quando houve a solicitação do crédito?

- a. Sim.
- b. Não.

21 – Você acha que o crédito rural é importante para melhorar a produção na propriedade rural?

- a. Sim.
- b. Não.
- c. Não tenho opinião formada.

22 – Você está com seu empréstimo de crédito rural em dia?

- a. Sim.
- b. Não.

23 – Qual sua idade?

24 – Sexo?

- a. Masculino.
- b. Feminino.

25 – Das tecnologias implantadas em sua propriedade nos últimos anos, qual a que você considera como a mais importante para o aumento da produtividade da propriedade?

- a. Energia elétrica.
- b. Tratores e implementos agrícolas.
- c. Telefonia e internet.
- d. Melhoramento genético de animais e técnicas de manejo.
- e. Todas acima.
- f. Outras.

26 – Qual a renda mensal média que você tem atualmente?

- a. Não possuo renda fixa.
- b. Se sim, quanto?

Fonte: Do autor, adaptado de Wahlbrinck (2017).